



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 106

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 18 de junho de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

O PTAP iniciou-se com a apresentação de diversos votos, os quais, aquando da votação, registaram a aprovação por unanimidade. A saber:

- [Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pelos resultados obtidos nos Nacionais de Ténis de Mesa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Nuno Meneses (PS), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Judite Parreira (PSD).

- [Voto de Congratulação pela prestação dos Atletas Açorianos nos jogos das ilhas “Açores 2015”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), usou de seguida da palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário da empresa Foto Jovial](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do SATA Rally Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pelo [êxito desportivo e pelo título de campeão nacional de futebol de Eliseu Pereira dos Santos](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado André Bradford (*PS*), usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*).

- **Voto de Congratulação aos [Atletas do Clube Naval da Horta pela participação no Campeonato Nacional de Vela Adaptada](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

- [Voto de Congratulação a Mariana Monteiro – Campeã Nacional de Ginástica Aeróbica – Escalão Júnior Elite](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra sobre o mesmo a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), para fazer a apresentação do voto, e o Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José Maria de Almeida](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usou da palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*).

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento da ALRAA, foram proferidas duas declarações políticas.

Sobre a primeira, apresentada pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Ventura (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Sobre a segunda, apresentada pelo Deputado António Marinho (*PSD*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraída Soares (*BE*).

Para um protesto, usou da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*).

Entrando na Agenda da Reunião foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 125/X – “Envio de relatório circunstanciado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativo à implementação das recomendações de segurança nos portos dos Açores e embarcações da Transmaçor”**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Justificada a urgência pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 125/X – “Envio de relatório circunstanciado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativo à implementação das recomendações de segurança nos portos dos Açores e](#)

[embarcações da Transmaçor](#)”, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Iniciado o debate, usaram da palavra as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Graça Silveira (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Miguel Costa (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*):

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

Proferiu uma declaração de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 126/X – “Qualidade nutricional das refeições escolares”](#)”, apresentado novamente pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Após a justificação da urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*), Judite Parreira (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Proferiu um protesto a Sra. Zuraida Soares (*BE*), seguido de um contraprotesto por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

O pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Usaram da palavra para declarações de voto os/a Srs./a Deputados/a Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

- **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de junho de 2015**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 13 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Agradecia ao Sr. Secretário que fizesse a chamada, por favor.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP, vamos começar com a apresentação dos votos.

O primeiro é um **Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pelos resultados obtidos nos Nacionais de Ténis de Mesa.**

É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

Deputado Nuno Meneses (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelos resultados obtidos nos Nacionais de Ténis de Mesa

Como já nos tem vindo a habituar desde os últimos anos, a participação dos atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal nos Nacionais de Ténis de Mesa foi de destaque, e, nesta competição, os resultados foram mais uma vez muito positivos, e constituem-se naturalmente como um orgulho para todos os Açorianos.

Foi no primeiro fim-de-semana de junho deste ano, em Vila Real, que aconteceu o Campeonato Nacional Individual de Iniciados e Júniores onde participaram atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Em Singulares Femininos o 1.º lugar do pódio foi ocupado por Patrícia Maciel, ao levar de vencida a atleta Rita Fins do Clube de Ténis de Mesa de Mirandela por 4 a 1.

Patrícia Maciel, sagrou-se assim campeã nacional individual de juniores femininos, mas para além desse resultado obtido, foi ainda tricampeã de pares femininos juniores com Raquel Andrade, que havia também conseguido o 3.º lugar em individuais de juniores femininos.

Para além dos brilhantes resultados obtidos por Patrícia Maciel e Raquel Andrade, Luís Maciel foi campeão nacional de pares iniciados; Cristiano

Charamba, 3.º classificado individual de iniciados; e Vitória Santos, 3.ª classificada em pares femininos juniores e mistos juniores.

As atletas Patrícia Maciel e Raquel Andrade do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, ocupam neste momento o 3.º e 5.º lugar do ranking nacional de juniores femininos e o 4.º e 7.º lugar do ranking nacional de seniores; no ranking da classificação conjunta o 9.º e 18.º lugar respetivamente. Esta é uma marca de mérito e de prestígio para a Região, que tem vindo a ser melhorada ao longo do tempo, marca esta que nos deve naturalmente orgulhar, pois mostra uma evolução positiva na prestação que estas atletas têm vindo a apresentar.

Devemos. Portanto. orgulhar-nos destes desempenhos, que contribuem significativamente para a promoção da prática desportiva na Região e divulgação da nossa terra e cultura, a nível nacional e até internacional.

É, e deverá ser sempre, muito importante reconhecer todo o esforço realizado por estes jovens na conquista dos vários títulos, bem como incentivá-los a dinamizar o Desporto, que constitui um elemento de grande importância na formação dos indivíduos, promovendo valores de respeito, solidariedade e civismo.

Estas vitórias são o corolário do trabalho sério e de enorme qualidade que o clube tem vindo a desenvolver. É um resultado que se deve às atletas, mas que, em boa verdade, abrange toda a direção, equipa técnica e todos aqueles que colaboram com esta instituição, que tem levado longe o nome do Juncal, da Praia da Vitória e por conseguinte, da Região.

Uma referência ainda ao Presidente do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, Roberto Andrade e restante equipa diretiva, que tem tido também o mérito de com o seu empenho e dedicação, conseguir mobilizar a comunidade em torno de um projeto de sucesso.

Este voto deve ser entendido como um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do Desporto Regional e dos Atletas da Região e um incentivo para que continuem a trilhar um caminho de sucesso e que consigam alcançar todos os sucessos desportivos a que se propõem, mas que acima de tudo continuem a dinamizar o importante trabalho que têm vindo a realizar em prol dos jovens açorianos, no que respeita àquela que é a promoção de uma formação integral enquanto pessoas e cidadãos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e às suas atletas Patrícia Maciel e Raquel Andrade pela conquista dos Nacionais Individuais de Juniores Femininos de Ténis de Mesa, do qual deve ser dado conhecimento formal ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2015.

Os Deputados, Nuno Meneses, Berto Messias, António Toste, Cláudia Cardoso e Francisco Coelho

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto agora apresentado pelo PS e fá-lo com muito gosto e orgulho, porque é sempre um orgulho ver

uma gestão séria e cuidadosa, um trabalho profícuo, exigente e uma entrega e dedicação sem limites.

É baseado nestes princípios que se tem pautado a atuação da direção, treinadores e atletas do Clube de Ténis de Mesa do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

É sempre um orgulho ver que a prata da casa vale ouro. Por isso desejamos que este grupo termine a época, que se realiza no próximo mês em Bratislava, com o maior sucesso.

Aproveito ainda para informar a câmara que o PSD apresentará no próximo mês um voto de congratulação ao Ténis de Mesa do Juncal, pela brilhante época alcançada.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi provado por unanimidade.

Presidente: O próximo **Voto de Congratulação refere-se Jogos das Ilhas, Açores 2015.**

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Jogos das Ilhas – Açores 2015

Os Jogos das Ilhas ...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,... Também se usa de vez em quando! Se fosse com o Jaime Gama não saías daí!

O Orador: ... constituem uma competição desportiva de carácter internacional, que tem como objetivo, a promoção do desporto no seio da juventude insular europeia, como fator de integração e de coesão social, e a promoção do espírito olímpico entre a juventude.

Trata-se atualmente da maior manifestação desportiva envolvendo jovens oriundos de ilhas.

Os Açores participaram pela primeira vez em 1998 nos jogos que decorreram na Córsega tendo a partir daí, marcado presença em todas as edições realizadas.

Os Açores foram ainda anfitriões dos Jogos das Ilhas em 2003 e 2010, tendo ambas as edições, para além da componente desportiva, contribuído para a promoção turística da Região e para a dinamização da nossa economia.

Recentemente, os Açores acolheram a 19.^a Edição dos Jogos das Ilhas.

Foram nove as modalidades presentes reunindo cerca de 400 jovens atletas de Cabo Verde, Córsega, Elba, Martinica, Sardenha, Sicília e Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação à prestação dos Atletas Açorianos nos Jogos das Ilhas “Açores 2015”.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao COJI, Comité Organizador dos Jogos das Ilhas, às Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, ao Comité Olímpico de Portugal e a todos os Atletas presentes no evento.

Horta, sala das sessões, 18 de junho 2015

Os Deputados, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Almeida

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez se realizaram os Jogos das Ilhas.

Nós, Açores, fomos nesta edição os anfitriões e os resultados e a prestação dos atletas açorianos foram, sem dúvida, resultados que nos orgulham.

É nesta formação, na formação desenvolvida nos Açores, nos clubes, nas próprias seleções, com os nossos treinadores, com os nossos dirigentes desportivos, de grande qualidade que ao longo dos anos tem-no vindo a mostrar quer no panorama regional, quer no panorama nacional e mesmo internacional, que atingimos resultados desta forma.

Os Jogos das Ilhas são talvez a maior manifestação desportiva das regiões insulares, algo que muito nos orgulha e também a prova e o reconhecimento de que é possível, mesmo com as contingências da

insularidade, obter resultados desportivos deste valor e que a todos nos orgulha.

Naturalmente que o PS irá votar favoravelmente este voto.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi provado por unanimidade.

Presidente: O próximo **Voto de Congratulação é ao estabelecimento comercial Foto Jovial, pela passagem dos seus 75 anos.**

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário da empresa Foto Jovial

No passado dia 1 de maio, completou 75 anos de existência uma das casas comerciais mais emblemáticas e históricas da cidade da Horta e da ilha do Faial, a FOTO JOVIAL.

Desde 1940 que quem passa pela cidade da Horta, nomeadamente pela Rua Walter Bensaúde, encontra as portas abertas deste estabelecimento.

Fundada por Júlio Vitorino da Silveira, a empresa foi mais tarde adquirida por Henrique da Silva, assumindo depois, em 1974, a denominação de Silva, Machado & Faria, Lda., tendo por sócios Henrique da Silva, José Machado e Alberto de Oliveira Faria. Atualmente, e desde há cerca de 10 anos, a FOTO JOVIAL é propriedade da sociedade comercial Silva, Machado & Filhos, Lda., tendo por associados José Machado, Henrique Manuel Silva, Líbia Gregório e Rui Machado.

Atualmente a empresa conta com mais de uma dezena trabalhadores e de nove espaços ocupados, muitos dos quais ‘lojas abertas’.

A empresa tem-se dedicado ao longo destas sete décadas e meia de atividade, desde logo, à fotografia, com um laboratório próprio e um arquivo de reconhecido valor, que remonta ao seu surgimento e comporta acontecimentos vários vividos no Faial desde aquela altura, como a escala dos clippers da Pan America na baía da Horta, cenas da caça à baleia, eventos desportivos, culturais, políticos, sociais e religiosos da ilha, a erupção do Vulcão dos Capelinhos e as mais variadas vistas da ilha (estimadas em 5.000).

A FOTO JOVIAL conserva, por outro lado, cerca de 155.000 registos fotográficos de atelier e à volta de 7.600 reportagens familiares (casamentos, batizados, comunhões e crismas, etc.), sendo casa única neste género de arquivo na Horta, ainda em pleno funcionamento.

Neste início do século XXI, em que a fotografia digital se generalizou, a FOTO JOVIAL é a única empresa do Grupo Central do arquipélago dos Açores onde, com meios próprios, ainda se faz revelação fotográfica analógica; por ali passaram mais de 448.000 processos de revelação provindos de trabalhos de amadores da fotografia, o que agora vai

convivendo com a nova revelação digital, com a empresa a apostar em equipamentos de última geração.

Ao longo dos seus muitos anos de existência, a FOTO JOVIAL avançou para outras áreas de negócio, com a venda de eletrodomésticos e pequenos domésticos, material elétrico e de iluminação, equipamentos industriais e de ar condicionado, artigos religiosos e bens diversos para o exercício da pesca, a par da prestação de serviços de eletricidade e de ar condicionado, de instalações domiciliárias de redes elétricas e de oficina de reparações de eletrodomésticos, além da venda de livros e música, em CD e emolduramentos...

A FOTO JOVIAL, com esta longevidade, prova também que é possível atravessar décadas, adaptando as suas áreas de negócio às expectativas do mercado em que se insere e às necessidades locais, com a inevitável passagem de testemunho geracional na sua organização e gestão.

Torna-se, assim, importante destacar uma empresa que apresenta o percurso descrito e sabido, reconhecendo o espírito de iniciativa dos seus fundadores, mas enaltecendo, igualmente, todos aqueles que tem tido um papel contínuo na afirmação do empresariado faialense, com o que foram contribuindo para a dinamização desta ilha e da Região, em geral.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pela passagem dos 75 anos de atividade da Casa Comercial Foto Jovial.

Que deste Voto seja dado conhecimento aos proprietários da sociedade comercial Silva, Machado & Filhos, Lda. e à Câmara do Comércio e Indústria da Horta.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 18 de junho de 2015

Os Deputados, Lúcio Rodrigues, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa e Francisco Coelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi provado por unanimidade.

Presidente: O próximo **Voto de Congratulação refere-se ao 50.º aniversário do SATA Rally Açores.**

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Francisco César (PS): Não se esqueça: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vai dizer em duplicado agora!

Deputado Cláudio Almeida (PSD):

VOTO CONGRATULAÇÃO

50º Aniversário do “SATA Rallye Açores”

Decorreu entre os dias 4 e 6 de junho de 2015, mais uma edição do “SATA Rali Açores”, sendo esta, passados 50 anos, a que celebrou as bodas de ouro do evento.

Tudo isto foi possível devido ao esforço, à dedicação, ao empenho e ao trabalho de todos aqueles que durante estes 50 anos trouxeram o espetáculo dos Ralis para a região. Com especial referência a todos os presidentes do Grupo Desportivo Comercial e a todos os Diretores de Prova e estruturas organizativas, ao longo de cinco décadas.

Decorria o ano de 1965, quando um grupo de homens e mulheres, pouco mais de trinta pessoas, entusiastas do desporto motorizado e em particular dos ralis, organizou uma prova automobilística de Regularidade designada por “Volta à Ilha de São Miguel”, saindo vencedora a dupla Luís Toste Rego e Zeca Toste num Fiat 1500.

Foram os primeiros passos na afirmação dos Ralis nos Açores. Em 1968, a prova passou a integrar o calendário do campeonato nacional de Ralis, passando a acolher os principais nomes do panorama português.

Em 1985 a prova açoriana foi reconhecida internacionalmente, fazendo parte do Campeonato Europeu de Ralis.

Mais recentemente, o Grupo Desportivo Comercial organizador do evento, conseguiu integrar o “SATA Rallye Açores” no calendário do IRC - Internacional Rallye Challenge, entrada que ocorreu em 2009.

Em 2013, essa competição passou a designar-se ERC – European Rally Championship, sempre com organização do canal televisivo Eurosport, o que vem projetando os Açores internacionalmente, na rota dos melhores Ralis do mundo.

Volvidos 50 anos, o “SATA Rali Açores”, organizado pelo Grupo Desportivo Comercial, é uma referência mundial para entidades

organizadoras, para as equipas e para os pilotos de topo europeu e mundial, assim como para todos os entusiastas dos desportos motorizados.

Tornou-se igualmente um importante cartaz turístico e de promoção da Região Autónoma dos Açores no exterior.

Durante os dias da prova é visível o misto de emoções e de sentimentos, com que a caravana da modalidade presenteia os espectadores e os amantes do desporto automóvel. A que se juntam as excelentes paisagens da ilha de São Miguel, associadas à espetacularidade dos Ralis.

Deputado José San-Bento (PS): E os apoios do Governo?!

O Orador: Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação e um voto de congratulação pelo 50.º aniversário do “SATA Rali Açores”.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Grupo Desportivo Comercial, ao Automóvel Clube de Portugal, à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, à Federação Internacional do Automóvel, e ao Campeonato FIA da Europa de Ralis, promovido pelo Eurosport Events.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma visão sectária! Não lhe ficava mal falar do Governo!

Horta, sala das sessões, 17 de Junho de 2015

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Joaquim Machado, Bruno Belo e Cláudio Almeida

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi provado por unanimidade.

Presidente: O próximo **Voto de Congratulação refere-se ao quarto açoriano campeão nacional de futebol, Eliseu Pereira dos Santos.**

É do PS e para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Eliseu tornou-se, no passado dia 17 de maio, o quarto açoriano campeão nacional de futebol, depois de Joaquim Teixeira, natural do Faial e jogador do Benfica e da Seleção Nacional nos anos 40, do também faialense Mário Lino, na época de 1966/67, e do micalense Mário Jorge Fernandes, nas épocas de 1979/80 e de 1981/82, estes últimos ao serviço do Sporting Clube de Portugal.

Nascido a 1 de outubro de 1983, no Bairro do Lameirinho, freguesia da Conceição, cidade de Angra do Heroísmo, no seio de uma família de origem cabo-verdiana, Eliseu Pereira dos Santos cresceu para o futebol nas camadas jovens do Sport Clube Marítimo, mais vulgarmente conhecido por Marítimo do Corpo Santo e considerado como um “viveiro” de jogadores não só para os clubes de maior dimensão da ilha

Terceira, como também no plano nacional e, em particular, para Os Belenenses, clube de que é filial.

Foi daí, e por ter dado nas vistas ao aliar a uma capacidade física assinalável uma notável habilidade técnica e um pé esquerdo de invulgar potência, que na época de 2002/2003 transitou para o Belenenses, clube onde, com um breve interregno de uma época, em que ganhou experiência profissional no Varzim, permaneceu até 2007, realizando mais de meia centena de jogos nas Primeira e Segunda ligas nacionais.

Seguiu-se a fase de internacionalização da sua já então bastante promissora carreira de extremo-esquerdo, com a sua contratação pelo Málaga. Começou por jogar na Segunda Liga espanhola, para, na época seguinte, e com a subida de divisão daquele emblema, se estrear na Primeira Liga, campeonato onde realizaria, em termos globais, mais de duzentos jogos, registando quase três dezenas de golos, tanto ao serviço do Málaga como, na época de 2009/2010, com as cores do Real Saragoça. Antes tinha também tido uma experiência de empréstimo à Lazio de Roma.

Fruto do seu empenho e do grau de projeção que atingiu num dos mais competitivos campeonatos do mundo, em fevereiro de 2009, foi chamado por Carlos Queirós à primeira equipa da Seleção Nacional Portuguesa, num jogo particular com a Finlândia, depois de ter sido internacional sub-20 e sub-21, por duas vezes. Conta presentemente com nove internacionalizações A e um golo ao serviço da equipa de todos nós.

Regressou a Portugal, em 2014, para realizar o sonho de representar o Benfica, seu clube de sempre. Fê-lo com a mesma alma com que sempre jogou, fosse no Municipal de Angra, fosse em *Camp Nou* ou no Olímpico de Roma. Fê-lo deixando sempre clara a sua satisfação por fazer o que

gosta e a sua ligação permanente à terra que o viu nascer e que, com orgulho, faz sempre questão de mencionar.

Foi, também por isso, campeão nacional, numa época em que assumiu desde logo a titularidade do lado esquerdo do quarteto defensivo do Sport Lisboa e Benfica, apesar da concorrência, dos seus 31 anos e da necessidade de se readaptar ao futebol português, a um sistema exigente de jogo exigente e à pressão dos resultados, dos adeptos e da imprensa. Ao longo do campeonato, fez 26 jogos a titular e marcou quatro golos.

Ainda em pleno relvado do Estádio Afonso Henriques, em Guimarães, terminado o jogo que acabara de garantir o título de campeão nacional, ergueu bem alto e depois pôs sobre os ombros uma vistosa bandeira azul e branca das nossas cores, num gesto de orgulho e reconhecimento, numa manifestação de identidade e de lealdade. Foi um açoriano que se sagrou campeão nacional! Um açoriano profissional de futebol, representando um clube nacional. Um açoriano que teve de deixar a sua terra de nascimento para poder tirar pleno partido das suas capacidades e que não vive nos Açores há 14 anos, mas um açoriano que fez questão de se rodear do símbolo maior da sua terra porque ela é – como todos nós sabemos – parte do que nós somos.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Congratulação pelo êxito desportivo e pelo título de campeão nacional de futebol de Eliseu Pereira dos Santos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, à sua família, ao Sport Clube Marítimo e ao Sport Lisboa e Benfica.

Horta, sala das sessões, 18 de junho de 2015

Os Deputados, André Bradford, Berto Messias, Francisco Coelho, Nuno Meneses, Domingos Cunha e Cláudia Cardoso

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Duarte Freitas: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Gostei principalmente da referência à bandeira azul e branca!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se efetivamente a este voto ao Eliseu porque de facto é um orgulho para todos os açorianos, independentemente de qualquer que seja o clube que jogue, ter um açoriano ao mais alto nível nas competições nacionais.

É um jovem humilde, dedicado, empenhado, embora represente o bicampeão nacional do Benfica, também é jogador da seleção nacional e deve ser com certeza um jovem que deve ser visto como uma referência para todos os jovens atletas da nossa Região.

Desta forma o PSD associa-se ao voto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Presidente: O próximo **Voto de Congratulação refere-se aos Atletas do Clube Naval da Horta pela participação no Campeonato Nacional de Vela Adaptada.**

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos Atletas do Clube Naval da Horta pela participação no Campeonato Nacional de Vela Adaptada

O Campeonato Nacional de Vela Adaptada realizou-se no passado fim-de-semana em Portimão, onde estiveram presentes três atletas do Clube Naval da Horta.

Lúcio Silva, Rui Dowling e Libério Santos participaram com bons resultados nas regatas realizadas, tendo os dois primeiros alcançado mesmo o pódio, melhorando a classificação alcançada na edição do ano passado desta prova que decorreu precisamente na baía da Horta.

Com os três atletas a competirem na classe 2.3, Lício Silva sagrou-se vice-campeão nacional enquanto Rui Dowling foi terceiro e Libério Santos sexto.

O Campeonato Nacional de Access é tão-somente a prova de vela adaptada mais importante de 2015 e nela estiveram presentes 35 velejadores, em representação de dez clubes do Continente e Ilhas, assim como 30 técnicos e acompanhantes.

A prova é promovida pela Federação Portuguesa de Vela e contou com a organização do Iate Clube Marina de Portimão e pela Associação Teia d'Impulsos, através do Projeto Vela Solidária. Contou ainda com a colaboração da Associação Portuguesa da Classe Access e com o apoio da Marina de Portimão, da Seth e da Associação Regional de Vela do Sul. Mais do que lugares ou prémios, esta classificação premeia estes atletas faialenses que lutam contra as contrariedades da vida e fazem dos seus pontos fracos armas poderosas para ultrapassar os obstáculos que surgem tanto em terra como no mar.

A par dos atletas merecem ainda uma palavra de especial reconhecimento os treinadores, nomeadamente João Duarte e Nilzo Fialho que acompanharam os atletas nesta deslocação, pelo apoio que dão aos atletas que vai muito para além do treino competitivo.

Quanto ao Clube Naval da Horta, resta congratularmo-nos com mais esta prova da qualidade do seu trabalho. Trata-se de uma das mais prestigiadas agremiações desportivas da ilha do Faial, que tem sabido não só levar mais longe o nome do concelho da Horta mas também o do arquipélago dos Açores, em especial na vela adaptada em que é o único clube da Região com esta valência.

Uma palavra final para a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da

Ilha do Faial (APADIF) que tem sido fundamental no desenvolvimento da prática desta modalidade, apostando e defendendo sempre projetos que dão aos cidadãos portadores de deficiência mais oportunidades para a sua vida.

Com o projeto Vela para Todos – Faial Sem Limites, que une o Clube Naval à APADIF, mais do que promover a inclusão de todos na prática da vela, estão a destruir-se barreiras e preconceitos que ainda possam existir, dando um importante contributo para a construção de uma Sociedade mais justa e aberta à diferença.

São estas as manifestações que nos dão a certeza que o caminho que se está a fazer em direção a uma sociedade inclusiva não é nenhuma miragem nem está no plano das intenções políticas. É cada vez mais uma realidade, que necessita certamente de ser diariamente aperfeiçoada, para que todos aqueles que nasçam diferentes não o sintam como o estigma mas sintam que há toda uma sociedade recetiva à sua presença e com abertura de espírito.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos resultados alcançados pelos atletas do Clube Naval da Horta no Campeonato Nacional de Acess.

Que deste Voto seja dado conhecimento aos atletas, famílias e respetivos treinadores, bem como ao Clube Naval da Horta e à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 17 de junho de 2015

Os Deputados, Lúcio Rodrigues, Berto Messias, Miguel Costa, André

Rodrigues e Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
O Grupo Parlamentar do PSD-Açores associa-se, com muito gosto, a este voto e fá-lo por três ordens de razões:

Em primeiro lugar, porque é justo e merecedor de registo sublinhar e saudar a participação muito positiva dos atletas Lício Silva, Rui Dowling e Libério Santos, no campeonato nacional de vela adaptada;

Em segundo lugar, associamo-nos a este voto porque também é justo realçar e valorizar o trabalho feito a este nível pelo Clube Naval da Horta, pela APADIF e também pelos treinadores destes atletas João Duarte e Nilzo Fialho;

Em terceiro lugar, associamo-nos também a este voto porque ele dá nota mais uma vez do papel e da importância que o desporto tem como veículo de construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último **Voto de Congratulação** desta manhã refere-se à **atleta Mariana Monteiro**, Campeã Nacional de Ginástica Aeróbica no escalão júnior elite.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Mariana Monteiro – Campeã Nacional de Ginástica Aeróbica – Escalão Júnior Elite

No passado mês de maio, a jovem mariense Mariana Guimarães Monteiro, do Grupo Desportivo Escolar de Santa Maria, sagrou-se Campeã Nacional de Ginástica Aeróbica, na divisão base – escalão júnior elite, no campeonato nacional da modalidade, que se realizou na ilha da Madeira, no pavilhão do Caniçal.

Mariana Monteiro é uma jovem de 15 anos, natural da ilha de Santa Maria que, desde os 11 anos, pratica ginástica aeróbica, através da supervisão atenta e profissional da treinadora Margarida Brandão – também ela uma jovem mariense – e que, com empenho e dedicação, tem evoluído na modalidade, de uma forma exemplar.

A atleta do Grupo Desportivo Escolar de Santa Maria, na época desportiva de 2013/2014, tinha alcançado já o título de vice-campeã nacional, honrando Santa Maria e os Açores por esse feito.

Com três treinos semanais, que passam a diários no período de preparação dos campeonatos, a Mariana emprega toda a sua dedicação e persistência no desempenho da ginástica aeróbica e na sua evolução.

Refira-se que este Grupo Desportivo tem no seu curriculum a participação em outros campeonatos regionais, com resultados muito interessantes, tendo obtido um honroso 3.º lugar, em 2014, no escalão de iniciados trio da primeira divisão.

Com um conjunto de cerca de 40 atletas federadas, distribuídos entre os escalões de infantis, iniciados, juvenis e juniores, o Grupo Desportivo Escolar de Santa Maria tem-se revelado uma mais-valia para a ilha ao nível da prática desportiva mariense, verificando-se um desenvolvimento muito significativo nas crianças e jovens que com dedicação, trabalho, empenho, persistência e motivação, vão deixando marcas no desporto açoriano e levando o nome de Santa Maria e dos Açores mais além.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um Voto de Congratulação pela conquista do Título de Campeã Nacional de Ginástica Aeróbica – Escalão Júnior Elite, por parte da Atleta do Grupo Desportivo Escolar de Santa Maria, Mariana Guimarães Monteiro, no Campeonato Nacional de Ginástica Aeróbica que decorreu na ilha da Madeira em maio de 2015, sendo o mesmo extensível à sua treinadora, Margarida Brandão. Mais se propõe que seja dado conhecimento deste voto ao Grupo Desportivo Escolar de Santa Maria, à Escola Básica Integrada de Santa Maria e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Horta Sala das sessões, 18 de junho de 2015

Os Deputados, Bárbara Chaves, Berto Messias, José San-Bento e Duarte Moreira

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com efeito a ginástica aeróbica desportiva teve início em Santa Maria há cerca de 9 anos e há cerca de 7 que o Clube Desportivo Escolar participa em competições inicialmente a nível regional e depois com os resultados obtidos tem passado a competições a nível nacional.

Como já aqui foi dito, e aqui também no voto, congrega cerca de 40 atletas, muitas delas, e se calhar a grande maioria, de tenra idade, o que na modalidade em apreço é de facto uma mais-valia.

A ginástica aeróbica desportiva em Santa Maria é de facto nesta altura uma modalidade em ascensão, fruto também da persistência e da competência da treinadora. Como também aqui foi dito, é uma mariense que se dedicou a esta modalidade, que teve o seu início ainda que de forma tímida, mas que neste momento já apresenta resultados como estes que aqui apreciamos.

O título obtido pela Mariana da campeã nacional de ginástica aeróbica no escalão de júnior elite, será certamente um incentivo para aqueles que agora se iniciam na modalidade e para aqueles que agora também a praticam.

O PSD, naturalmente, associa-se ao presente voto e endereça os parabéns à Mariana, à sua treinadora e ao Clube Desportivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto desta manhã é um **Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José Maria do Rego Almeida.**

É um voto conjunto do PPM e do CDS.

Para apresentá-lo tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exma. Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

pelo falecimento do padre José Maria do Rego Almeida

Faleceu, no passado dia 8 de junho, com 85 anos, o Padre José Maria do Rego Almeida.

O Padre José Maria do Rego Almeida exerceu o seu sacerdócio ao longo de quase seis décadas. Ao longo desse período serviu diversas comunidades cristãs, com destaque para a do Corvo e para a da Algarvia, no Nordeste, embora tenha servido, durante a maior parte do tempo, na Igreja Matriz de São Sebastião, em Ponta Delgada.

Foi professor de Educação Moral e Religiosa Católica na antiga Escola Comercial de Ponta Delgada, atual Escola Secundária Domingos Rebelo. Exerceu também as funções de assistente espiritual no Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas.

O Padre José Maria Almeida foi um homem absolutamente excepcional. Um homem dotado de uma humildade genuína e tocante. Um homem sempre inexecedível na entrega aos outros e no serviço à sua comunidade. Procurou, sempre, não se fazer notar. Nunca quis que reparassem nele. Dele sempre transpareceu uma bondade natural e um altruísmo difícil de emular.

A humildade, a bondade e a generosidade constituíram o seu caminho para a grandeza, que se lhe reconheceu em vida. O seu exemplo de vida e a sua postura diária ao longo de décadas colocaram a fasquia da referência a uma vida e uma prática cristãs num patamar muito exigente. Serviu a comunidade corvina entre 2001 e 2002. Nesse curto período granjeou uma enorme admiração, carinho e respeito por parte da população da ilha. No final, quando foi necessário organizar uma festa de despedida, tudo se preparou em rigoroso segredo, no sentido de evitar a sua previsível recusa, tendo em conta a sua humildade e postura de permanente simplicidade.

Os que o conheceram jamais esquecerão a sua bondade e o seu genuíno desprendimento.

Assim, a Representação Parlamentar do PPM e o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José Maria do Rego Almeida, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva família, à Igreja Matriz de São Sebastião, em Ponta Delgada, à Diocese de Angra, ao Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas e à Igreja de Nossa Senhora dos Milagres, na ilha do Corvo.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados Regionais, Paulo Estêvão, Graça Silveira e Ana Espínola

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ontem de manhã a Sra. Deputada Benilde Oliveira, e muito bem, fez um Voto de Pesar com este mesmo teor, em nome do Grupo Parlamentar do PS.

No entanto queria dizer umas breves palavras como Deputado eleito pelo círculo eleitoral do Corvo, uma vez que o voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão incidu em parte na passagem do Sr. Padre José Maria pela Ilha do Corvo.

Eu não tive o privilégio de conhecer o Sr. Padre José Maria, uma vez que me encontrava ausente da ilha, na altura em que ele esteve à frente da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, na Ilha do Corvo, no entanto no dia do seu falecimento deparei-me com imensos comentários nas redes sociais de muitos corvinos que quiseram demonstrar o pesar pela sua morte.

O Sr. Padre José Maria era uma pessoa muito querida no Corvo quer como padre, quer como ser humano, e não será certamente esquecido por aqueles que o conhecem.

Deste modo, e naturalmente, o Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Terminámos a apresentação de votos.

Passamos para as declarações políticas.

Conforme o acordado na Conferência de Líderes a primeira é a do PS e tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar Mesa)

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde que tomou posse o XI Governo da Região Autónoma dos Açores que o Presidente do Governo desenvolve um esforço diplomático enorme junto das autoridades norte-americanas, sensibilizando para as consequências económicas, financeiras e sociais para a Ilha Terceira e para os Açores da redução do contingente militar norte-americano na Base das Lajes.

É um esforço sem precedentes. Um trabalho permanente. De lobbie, de influência, de pedagogia e de negociação.

Um trabalho muitas vezes reservado, sem mediatismo, sem exposição pública, mas que exige grande empenho e preparação.

Devido a esta postura e à credibilidade e fundamentação das nossas posições é de realçar, também, o reforço dos laços de amizade...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Ora bem!

O Orador: ... e de cooperação com os descendentes de açorianos com responsabilidades políticas no Congresso Norte-americano de onde se destaca Devin Nunes, Jim Costa ou David Valadão, que têm estado ao lado do Presidente do Governo e dos Açores nesta luta difícil, complexa mas necessária.

Será justo referir que devido a este esforço diplomático do Presidente do Governo, à promoção de amplos consensos em várias frentes partidárias e institucionais, ao trabalho de vários diplomatas portugueses com especial relevo para o Embaixador português em Washington Nuno Brito e ao empenho dos nossos descendentes e aliados nos Estados Unidos, ainda não se concretizaram os despedimentos anunciados e que seriam materializados após o anúncio das reduções, há cerca de três anos.

Também neste Parlamento, conseguimos criar consensos, ultrapassar divergências e tomar posições conjuntas, desde que surgiram as primeiras notícias sobre as reduções, ainda no final da anterior legislatura.

Será justo referir os entendimentos que construímos em plataformas pluripartidárias nesta Casa com a participação de todos, onde do PSD-Açores se destacam o Deputado Clélio Meneses e o Deputado Pedro Gomes enquanto Presidente da Comissão de Política Geral, no CDS-PP o Deputado Artur Lima, a Deputada Zuraida Soares do Bloco de Esquerda, o Deputado Aníbal Pires do PCP e o Deputado Paulo Estêvão do PPM.

Conversámos, fizemos cedências, entendemo-nos e, apesar das divergências e diferenças que temos na visão sobre estas matérias, pusemos acima de tudo os interesses dos Açores.

Infelizmente, várias vezes na atual legislatura, este compromisso e este consenso foi quebrado pelo maior Partido da oposição, o PSD-Açores, que em determinadas alturas não resistiu a tentar protagonismos mediáticos e oportunismos partidários em detrimento do interesse de todos.

Esperamos que essa fase já tenha passado e que se juntem, de facto, a todos os partidos políticos nesta luta, de forma séria e leal.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Ora bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe o espelho!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre esta matéria, na passada terça-feira, decorreu em Washington a reunião da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos e Portugal. Os Açores estiveram representados pelo Presidente do Governo dos Açores que de forma muito pertinente convidou para estar presente, enquanto observador, o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Esta Comissão Bilateral permitiu alguns avanços e permitiu consolidar um quadro de eventuais usos alternativos para a Base das Lajes, no âmbito de um relatório que está a ser elaborado pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Nas questões laborais, verificaram-se algumas evoluções positivas. Haverá um aumento do número de trabalhadores que ficam na Base das Lajes, aumentando o número inicial previsto de 378 para 405 trabalhadores.

Ainda neste âmbito, foi conseguido que as autoridades norte-americanas deem prioridade absoluta às situações em que os trabalhadores pretendem sair por mútuo acordo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Tendo em conta os dados conhecidos do inquérito preliminar feito pela Força Aérea dos Estados Unidos, que apurou o número de trabalhadores portugueses disponíveis para um processo de saída por mútuo acordo, surge a possibilidade de o *downsizing* do contingente militar norte-americano não implicar despedimentos de portugueses na Base das Lajes, caso se confirmem os números desse inquérito preliminar.

Mas caso venham a existir despedimentos, a Comissão Bilateral definiu que isso não aconteceria até março de 2016, sendo que nos casos de mútuo acordo esse processo negocial pode iniciar-se de imediato.

Ao nível das infraestruturas registam-se também algumas evoluções sendo expectável a requalificação de vários edifícios pretendidos pela Força Aérea norte-americana, bem como a manutenção e requalificação de edifícios que podem vir a ser utilizados no âmbito de usos alternativos da Base das Lajes. Estas decisões significam um investimento imediato, com impacto na economia local da Ilha Terceira.

Outra questão de grande importância neste processo é a questão ambiental e a necessidade de uma intervenção mais ativa e empenhada dos norte-americanos no processo de descontaminação das zonas afetadas e poluídas, devido à utilização daquela Base pelos norte-americanos nas últimas décadas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Esta Comissão Bilateral foi, assim, um momento importante de afirmação das nossas preocupações e de evoluções positivas que nos agradam, que são bons sinais, mas que não nos tranquilizam.

Existem, ainda, muitas questões pendentes e muitas indefinições.

É por isso, fundamental, que todos se empenhem na defesa dos nossos interesses e que passem das palavras aos atos.

Exige-se, nalguns casos, mais pro-atividade.

Esta deve ser uma preocupação permanente de todos os envolvidos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Exige-se uma postura séria, responsável e comprometida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

Deputado José San-Bento (PS): Ouça!

O Orador: É fundamental também que, tendo em conta as eleições legislativas nacionais que se aproximam, os partidos políticos não se deixem condicionar pelo calendário eleitoral e tenham o discernimento de perceber a enorme importância do que está em causa:...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: A defesa dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e das suas famílias; a amenização dos impactos económicos e sociais de uma redução, em particular na Praia da Vitória, na Ilha Terceira e nos Açores e a garantia da responsabilidade norte-americana no processo de descontaminação e de salvaguarda ambiental das zonas afetadas por poluição.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há ainda muito para fazer.

Não nos podemos acomodar.

Todos devem estar comprometidos com este assunto.

Um assunto que não diz respeito apenas à Praia da Vitória e à Ilha Terceira, mas que é um assunto de grande relevância nacional.

Todos têm de assumir as suas responsabilidades.

A importância desta matéria não se coaduna com mera retórica de circunstância, com oportunismos político-partidários ou com falsas promessas.

Não se coaduna com falsos anúncios e falsos méritos referidos à comunicação social junto à entrada da Base.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os trabalhadores da Base das Lajes e os terceirenses não se deixarão enganar por aqueles que dão mais importância à circunstância do que à substância.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Que se preocupam mais com a fotografia e com o mediatismo do que com o trabalho, a preparação e o estudo destas matérias.

É fundamental, por isso, que esta luta continue.

Trabalhando para que os Estados Unidos da América continuem a valorizar a relação de amizade e de confiança, com Portugal, com o povo açoriano e terceirense construída ao longo de várias décadas, encontrando e materializando alternativas para a Base das Lajes.

Sendo importante que o Governo português se empenhe cada vez mais na defesa dos nossos interesses, valorizando esta questão numa perspetiva diplomática em detrimento de uma dimensão militar e que não troque os nossos interesses e a defesa dos trabalhadores e dos Açores por contrapartidas militares desconhecidas e pouco úteis para os açorianos. O epicentro dos laços de cooperação entre Portugal e Estados Unidos é a Base das Lajes.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é inquestionável e não perceber isso é comprometer definitivamente a nossa relação histórica de amizade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo um balanço dos últimos três anos e avaliando o ponto de partida aquando das primeiras referências às reduções a levar a cabo, verificamos que o nosso esforço está a dar alguns frutos, mas temos consciência que há ainda muito trabalho a fazer.

Este é um processo longo e demorado.

As evoluções dos últimos tempos são positivas, mas não nos devem tranquilizar.

O nosso trabalho e empenho deve continuar, com a certeza que não descansaremos um minuto que seja na defesa dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes, da Ilha Terceira e dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para a participação neste debate?

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora trouxe aqui o Deputado Berto Messias esta questão, porque numa primeira análise à intervenção e à forma como foi feita a intervenção, parece que o PS está chateado, está muito chateado mesmo com os resultados da Comissão Bilateral. Parece que não foi bom o que aconteceu. Parece que não se está a dar passos bons e parece estar chateado, porque perde a oportunidade para bater no Governo da República, porque é isso que o PS queria, era bater no Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O que tem acontecido com o esforço permanente deste hemicycle, dos vários partidos políticos, do Governo da República e do Governo Regional está a levar a um bom porto.

Efetivamente aquilo que era a decisão unilateral e a primeira decisão dos Estados Unidos relativamente à Base das Lajes está a recuar.

Aquilo que era o inicial e aquilo que se vislumbra como seja o final, não é a mesma coisa.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é nenhuma intervenção institucional!

O Orador: Há aqui efetivamente desde logo esforços permanentes de todos, esforços políticos, esforços pessoais, esforços institucionais,...

Deputado Francisco César (PS): Oh Duarte, isto não é institucional!

O Orador: ... desde logo dos vários líderes partidários.

Do PSD, o líder partidário Duarte Freitas, deslocou-se também aos Estados Unidos, esteve em permanente contacto com os congressistas luso-americanos e esse trabalho também não é visível, mas é um trabalho permanente.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado é um homem invisível!

O Orador: É um trabalho de permanente contacto. É um trabalho de permanente contacto institucional e pessoal, em prol...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado António Ventura possa fazer a sua intervenção.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Orador: Sra. Presidente, é pena que um assunto tão sério e tão importante para os Açores, que assume uma preocupação cimeira nesta Assembleia, o PS esteja sempre a ridicularizar o assunto. É uma pena!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por essa postura vê-se a importância que o PS dá ao assunto. Pretende ter uma guerrilha permanente com a República em vez de resolver o problema efetivo da Base das Lajes. É esta a constatação que se tira daqui.

Para além disso nós temos feito esforços também nesta Assembleia.

Recordo, por exemplo, a Comissão que foi criada para se estudar a Base das Lajes;

Recordo, por exemplo, a proposta do PSD, que foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia para se estudar novas potencialidades para a Base das Lajes.

Efetivamente o que está em causa é que o Governo Regional, nestes oito anos de governação, descuidou-se muito da sua vertente externa, descuidou-se muito de ter um conceito estratégico para os Açores, tendo em vista a posição geopolítica e geoestratégica dos Açores.

Portanto, a aprovação da recomendação, a aprovação do Projeto de Resolução, vem efetivamente relembrar isto. O que é que nós precisamos? É de um conceito regional estratégico, precisamos de uma política externa, temos que fazer aquilo que os outros não fazem por nós, porque nós temos um Governo Regional, porque nós temos autonomia, porque nós temos dinheiro próprio, porque nós podemos tomar as nossas decisões e é efetivamente isso que está em falta, é esta política externa de contacto, de permanente atenção e de procura de soluções e de oportunidades para a nossa posição no meio do atlântico que o Governo Regional não faz.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores é que querem que a gente faça estudos!

O Orador: E com isto nós efetivamente ficamos numa posição frágil. Com isto ficamos numa posição frágil,...

Deputado José San-Bento (PS): Frágil é a sua intervenção!

O Orador: ... com consequências para o desemprego, com consequências para a falência de empresas como está a acontecer na Ilha Terceira.

Mas aquilo que está a acontecer na Ilha Terceira, não pode ser culpabilizado por causa da Base das Lajes.

O problema da Ilha Terceira é um problema que tem história, é um problema que tem anos e resulta do desinvestimento e do interesse do Governo Regional na mesma ilha, que levou à decadência da economia, que levou à decadência social e que levou ao desemprego.

Não tente o Governo Regional, encontrar desculpas na Base das Lajes para o problema social e económico efetivo da Ilha Terceira.

Deputado André Bradford (PS): Os senhores não querem que o Governo saia da economia?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O problema da Base das Lajes não é um problema só da ilha Terceira, é um problema dos Açores que deve mobilizar todos os autores políticos desta Casa, dos partidos políticos, do Governo Regional e do Governo da República.

É esse esforço conjunto que tem sido feito e em nada ajuda as tricas partidárias, em nada ajuda as tricas do fez e não fez, porque isto cria uma imagem externa que só favorece quem está a negociar connosco.

É isso efetivamente o que está em causa. A responsabilidade nessa questão dos partidos políticos é assumirem efetivamente um esforço a favor dos Açores, a favor da economia dos Açores e do emprego nos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): O senhor já está a pensar na Assembleia da República!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reconhecemos, que embora tardiamente o Sr. Presidente do Governo Regional reconheceu a importância geoestratégica social e económica da Base das Lajes.

Efetivamente tem-se empenhado pessoalmente nos tempos mais recentes na questão da redução das forças militares na Base das Lajes.

No entanto, a representação regional na Comissão Bilateral, continua entregue a um assessor do Presidente do Governo Regional, pelo que também era importante aproveitar este momento para repensar esta representação.

Aliás, como o CDS já tem vindo a alertar de alguns anos a esta parte, quando surgiu a questão da redução das forças militares norte-americanas o Sr. Deputado Duarte Freitas, Presidente do PSD,...

Deputado Francisco César (PS): Foi fazer um telefonema!

A Oradora: ... foi muito lesto a deslocar-se aos Estados Unidos para realizar encontros, supostamente ao mais alto nível, mas sem que se conheçam os resultados.

Aliás, correndo o risco com esta necessidade de protagonismo ainda que Portugal passasse a ser uma arma de arremesso político entre o poder legislativo e executivo, que era a última coisa que Portugal precisava neste momento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora abriu a gaveta e tirou a intervenção!

Deputado Luís Maurício (PSD): Deixaram isso para a senhora dizer!

A Oradora: Na prática, o que se tem percebido da atuação do PSD-Açores nesta matéria é que tirando algumas ações mediáticas com os trabalhadores portugueses,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é demagogia pura!

A Oradora: ... o PSD-Açores tem-se limitado a disfarçar a inoperância da Sra. Secretária de Estado e cabeça de lista às próximas eleições, Dra. Berta Cabral.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é que é sentido de estado, Sra. Deputada!

A Oradora: Por outro lado, quando o CDS apresentou nesta Assembleia uma proposta concreta, exequível, que o tempo nos dará razão, que foi a transferência da base operacional da SATA Internacional para as Lajes, foi votada contra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estava a ir tão bem!

A Oradora: Reiteramos que por parte do CDS, estamos totalmente disponíveis para que se atinjam consensos multipartidários, abrangentes, na defesa dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes da economia da Ilha Terceira, afetada por esta decisão do processo de descontaminação.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, o uso da Base das Lajes como um arremesso político, tanto na República como na Região, fragiliza-nos e distrai-nos do que é fundamental, que é avaliarmos quais são os nossos interesses estratégicos.

Washington, chegou à conclusão que a Base das Lajes deixou de ter a importância geo-militar que tinha, mas a verdade é que não quer abandonar a sua posição no coração do atlântico e isso tem que estar em cima da mesa das negociações.

Deputado André Bradford (PS): Então é porque não chegou a essa conclusão!

A Oradora: Numa altura em que está a decorrer o processo de delimitação da plataforma continental no atlântico, em que os Açores são fulcrais no novo mapa azul, onde estão em causa interesses comerciais relacionados com os nossos recursos minerais, energéticos...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu aprecio a rapidez com que escreveu tudo isso!

A Oradora: Pode ver. Tenho capacidade de tirar notas rapidamente!

Burburinho geral

Presidente: Srs. Deputados, por favor permitam que a Sra. Deputada possa fazer a sua intervenção.

Sra. Deputada Graça Silveira, faça o favor de continuar.

A Oradora: Volto a lembrar, porque os Srs. Deputados continuam distraídos daquilo que nós consideramos que é fundamental, numa altura em que está a decorrer o processo de delimitação da plataforma continental atlântica, em que os Açores são fulcrais no novo mapa azul, onde estão em causa interesses comerciais relacionados com os nossos recursos minerais e bioenergéticos, esta importância geoestratégica dos Açores tem que ser capitalizada nas negociações com os Estados Unidos

da América para garantir que os impactos da saída dos americanos da Base das Lajes sejam minimizados.

Muito obrigada, Srs. Deputados.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao objeto e ao teor da Declaração Política do PS, a Representação Parlamentar do PCP quer começar por vos congratular com os avanços que foram conseguidos na última reunião da Comissão Bilateral que se realizou recentemente nos Estados Unidos e que resultou de alguns avanços que indiscutivelmente são favoráveis à posição dos Açores.

Portanto, congratular-nos com isso.

Mas esta situação que estamos a viver e que é uma situação em que a Região, apesar de todo o histórico de alargados consensos à volta das questões da Base das Lajes, esta questão tem de nos servir de alguma aprendizagem, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, não relativamente à forma como se atuou, mas sobretudo àquilo que é a história da utilização do território da Região Autónoma dos Açores pelas Forças Armadas dos Estados Unidos ou quaisquer outras, não interessa agora quem é que faz a utilização, a verdade é que Portugal, o estado Português, tem aqui neste processo responsabilidades muito grandes e não é do atual Governo da República, é dos sucessivos Governos da República que nunca souberam, ou melhor, nunca quiseram ter uma

posição diferente, uma posição que efetivamente pudesse trazer algum retorno para o território que efetivamente sofre as consequências pela utilização pelas Forças Armadas do Estados Unidos, quer pelas questões ambientais, quer agora a situação que se está a viver.

Relativamente à Região houve também até determinada altura alguma inércia e se é verdade que o Sr. Presidente do Governo Regional (deste Governo Regional!) tomou as rédeas da condução da posição dos Açores, a verdade é que os anteriores governos do PS, designadamente aqueles que foram chefiados por Carlos César, esqueceram-se completamente da Base das Lajes.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: Esqueceram-se completamente da Base das Lajes.

Carlos César relativamente às questões da Base das Lajes ignorou, pura e simplesmente. Ignorou, pura e simplesmente deixando, isso sim, esse trabalho para os assessores.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira! O senhor está mal informado!

O Orador: Portanto, não é Carlos César, assim como não será a Secretária de Estado da Defesa que podem alguma vez defender coerente e intransigentemente os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Infelizmente, é isso que nós constatamos.

Mas ainda relativamente aos avanços que houve e que registamos como positivos na Comissão Bilateral e se a Região efetivamente fez a sua parte e se podemos estar satisfeitos porque se conseguiu aquilo que a Região no âmbito das suas competências tinha que conseguir, falta ainda ao Estado Português cumprir aquilo que tem que cumprir na resolução do problema

que decorre da alteração do paradigma da utilização da Base pelas forças militares dos Estados Unidos.

Deputado André Bradford (PS): Esqueça isso!

O Orador: Portanto, essa exigência tem de continuar a ser feita ao Governo da República, que no momento é um Governo do PSD e do CDS-PP, mas poderá ser um outro Governo a partir do fim do ano.

Mas a grande questão é esta: na Região Autónoma dos Açores tem havido a união de forças dos diferentes partidos políticos para que esta questão seja resolvida da melhor forma, mas o Estado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem! É protagonismo!

O Orador: Oh Sr. Deputado Luís Maurício, não quer que eu pegue no discurso...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... daquilo que o seu líder tem vindo a fazer ao longo deste processo. Não vale a pena! Vamos deixar isso por aí! Ok?

Deputado Luís Maurício (PSD): É protagonismo!

O Orador: É porque há aí alguns pormenores muito interessantes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Next!

O Orador: A questão é a seguinte: temos todos (o PS, o PCP, o Bloco, o CDS, o PPM e o PSD) dado o nosso contributo, na medida da nossa dimensão e da nossa responsabilidade, para que este assunto seja resolvido.

Isso é indiscutível.

Portanto, vamos ficar por aqui relativamente a isto. Está bem, Sr. Deputado Luís Maurício?

Deputado Luís Maurício (PSD): Certo!

O Orador: Agora,...

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar, então?!

O Orador: Mas já acabou o meu tempo?

Presidente: Há tempo para as declarações políticas, como sabe, para o debate.

O Orador: Sim! Sim!

Presidente: Já terminou o seu tempo.

O Orador: Então eu vou concluir, se me permite, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não devia!

O Orador: Concluir dizendo isto: ao Estado Português falta ainda exigir aquilo que tem que ser exigido.

O Estado Português tem de dar resposta à dramática situação social e económica que se vive na Ilha Terceira, assim como o fez noutras partes do território nacional, quando situações de enorme gravidade aconteceram. Portanto, tem de dar essa resposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM, a nossa postura nesta matéria é sempre a mesma, ou seja, uma postura de responsabilidade, tendo em conta que nós consideramos, e a história assim nos exemplifica, que as nações, os territórios dotados de autonomia, que têm uma política externa coerente, amplamente consensualizada, são aqueles que obtêm melhores resultados e é uma prova também da vitalidade das instituições, da capacidade em relação ao exterior da nossa comunidade, a comunidade açoriana, conseguir realizar consensos.

Quando falo em comunidade açoriana falo na Região Autónoma dos Açores, mas também do potencial tremendo que a Região dispõe, graças à nossa diáspora na América do Norte, sobretudo nos Estados Unidos.

Nesta matéria tem-nos dado um apoio e uma ajuda muito importante.

É evidente que ao longo deste período, e eu posso testemunhar, o Sr. Presidente do Governo Regional tem tido uma postura irrepreensível em relação à informação que tem fornecido aos diversos líderes partidários.

Deputada Zuraída Soares (BE): Extra!

O Orador: Eu não sei Sra. Deputada Zuraída Soares, mas com certeza poderá testemunhar a mesma coisa do que aquilo que eu estou a dizer em relação...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a falar para mim?

O Orador: Pensei que tivesse feito um aparte.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu? Não!

O Orador: Não foi. É um equívoco. Peço desculpa então. Já que a Sra. Deputada não pede desculpa, eu peço desculpa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tenho de pedir desculpa a quem, Sr. Deputado?

O Orador: Aquilo que eu estou a dizer é que o Sr. Presidente do Governo Regional tem informado de forma regular os partidos da oposição em relação aos avanços e recuos que temos conhecido no âmbito do dossier da Base das Lajes.

O que eu considero é que devemos ter uma postura institucional.

Obviamente se me disserem se estou contente com o resultado das negociações, eu acho que de forma responsável não o devo dizer, porque os partidos da oposição e o Parlamento dos Açores considerarem que

estão contentes com a situação atual, enfraquecem a posição negocial dos Açores.

É evidente que eu considero que no âmbito deste processo tem-se desenvolvido um trabalho muito complexo com vitórias e com derrotas.

O que é importante é que se mantenha uma posição institucional sólida e forte.

É importante que se reconheça aqui, que se reconheça neste Parlamento dos Açores, como muitas vezes já o temos feito, o trabalho admirável que tem sido desenvolvido pelos políticos com ascendência açoriana que estão presentes nos diversos órgãos políticos norte-americanos.

Esse é um reconhecimento que deve ser feito.

Para finalizar devo dizer o seguinte.

Eu considero também que este Parlamento deve dar um passo no sentido de aumentar o nosso papel, de melhorar o nosso papel no âmbito da política externa. Não sendo possível nesta Legislatura, na próxima deve-se criar uma comissão permanente para a política externa, para que se faça um acompanhamento mais específico da política externa que, como se sabe, pode ter efeitos muito importantes do ponto de vista daqueles que são os nossos equilíbrios internos.

Portanto, eu penso que já existiu noutros tempos e é necessário que este Parlamento crie uma Comissão específica para essa matéria, não só para as questões de relacionamento com os Estados Unidos, mas também para o relacionamento no âmbito da União Europeia e também no relacionamento com outras regiões ultraperiféricas e nas várias matérias em que temos interesses específicos.

A segunda questão para finalizar, Sra. Presidente, tem a ver com o reforço das nossas competências no âmbito da política externa que tem que ser conseguido através da revisão da Constituição.

Como o Sr. Deputado Aníbal Pires referia, os diversos governos centrais, os diversos governos de diferentes cores políticas, não têm defendido os interesses dos Açores. Para que os interesses dos Açores sejam defendidos com eficácia é necessário que a Região tenha mais competência no âmbito da política externa. Isso é absolutamente fundamental e uma vez que vamos ter revisão constitucional tem que ser também um dos objetivos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da revisão constitucional: aumentar as nossas competências do ponto de vista da política externa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Isso é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu espero não vir a incorrer durante esta minha breve intervenção, exatamente no mesmo erro a que todos os partidos que antecederam a intervenção do BE juraram não ceder,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só a Sra. Deputada é que está certa!

A Oradora: ... que é ao ataque político-partidária, à guerrilha político-partidária a pretexto dos trabalhadores da Base, das sua infraestruturas e da pegada ambiental, naquele concelho e naquela ilha, deixada pelo uso e abuso da administração norte-americana e dos militares norte-americanos

e acabaram, no fundo, no meu entendimento, de perder o essencial que é exatamente os trabalhadores portugueses da Base,...

Deputado José San-Bento (PS): E trabalhadoras!

A Oradora: ... as infraestruturas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

A Oradora: ... e a pegada ambiental, para acusar o PS o PSD; o PSD o PS; o CDS o PSD...

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: É verdade! É verdade porque eu estive aqui a ouvir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O CDS foi o primeiro que alertou para o problema da pegada ambiental! Há muitos anos!

A Oradora: Eu gostava de lembrar a este propósito duas coisas: o PSD...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é verdade, Sr. Deputado? Não podemos branquear a história! Estamos muito à vontade para falar nessa matéria!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Força, Sra. Deputada!

A Oradora: Eu não vou branquear a história.

Presidente: Vamos permitir que a Sra. Deputada possa fazer a sua intervenção.

A Oradora: Eu gostava era de a poder esclarecer, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Não tenho, não Sra. Presidente, não me deixam.

Presidente: Eles vão deixar.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Deputada.

No sentido de não branquear a história nem a mais passada, nem a mais presente, eu gostaria de lembrar às Sras. e aos Srs. Deputados, que, por exemplo o BE, na Assembleia da República, apresentou já por mais de uma vez, o ano transato e já este ano, propostas no sentido da Assembleia da República e, portanto, o Governo Regional que é suportado pela maioria coligada, garantissem que tanto os trabalhadores, quanto a pegada ecológica, quanto a economia, quanto o aspeto social, consequente à retirada mais lenta, mais apressada, ou assim-assim, dos militares norte-americanos daquela Base fosse atendida pelo Governo da República, e Sras. e Srs. Deputados a má notícia é que o PSD e o CDS na República reprovaram sempre todas estas iniciativas.

É por isso extraordinário que agora venham para a Assembleia Legislativa dos Açores dizer que estão a defender e muito preocupados com uma matéria. Eu até quero acreditar que estão, mas na realidade os senhores têm que se entender com os vossos grupos parlamentares na República, porque lá, aparentemente, ninguém está preocupado...

Deputado André Bradford (PS): Não quero ser chato, mas a senhora está a fazer exatamente o contrário daquilo que tinha dito que ia fazer!

A Oradora: ... e votam exatamente ao contrário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estão a tomar medidas estratégicas para valorizar a negociação!

A Oradora: Continuando. A reunião bilateral havida, não nos trouxe mais...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mais uns tostõezinhos!

A Oradora: Oh, Sra. Deputada, peço imensa desculpa, mas é impossível.

Eu peço à Sra. Presidente que chame a atenção à Sra. Deputada, que ela tem toda a liberdade de intervir quando entender. Agora estou eu a intervir.

Deputado André Bradford (PS): Já não pode!

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada.

Continuar também dizendo, e vou repetir, que se a reunião bilateral havida não nos trouxe más notícias, o BE regozija-se com isso. Ainda bem!

Podemos ficar descansados por não ter trazido más notícias, do nosso ponto de vista, longe disso.

Para nós, BE, aliás no seguimento também de alguma preocupação demonstrada neste sentido pelo Deputado Berto Messias na sua declaração política, prudência, exigência e pró-atividade são as três palavras, as três ideias chaves no que diz respeito à Base das Lajes neste momento.

Exigência, no sentido de não abdicarmos de nenhum dos direitos que conquistámos, ao longo de mais de 60 anos de ocupação dum concelho e de uma ilha, por um país estrangeiro, que agora se esquece desses 60 anos e está tentando não cumprir e fugir às suas responsabilidades, quer laborais, quer ambientais, quer sociais, quer económicas. Isto, exigência.

Prudência, no sentido de não nos deixarmos iludir com cantos de sereia que nos prometem para um futuro mais ou menos próximo, ou não, uma alternativa na Base novamente do uso militar e que daqui a 10 ou 20 anos nos pode trazer exatamente à mesma situação que nós estamos a viver neste momento.

Finalmente, pró-atividade, Sras. e Srs. Deputados, que é aquilo que na realidade do ponto de vista do BE tem faltado.

Nós continuamos a não ter nenhum tipo nem de estudo, nem de proposta, nem de debate, no sentido das alternativas de natureza civil que os Açores poderão e deverão rentabilizar, exatamente pela sua posição geoestratégica, exatamente porque existe aquela Base na Praia da Vitória na Ilha Terceira e nós continuamos sem o fazer.

Porquê? Porque continuamos esperançados que a administração norte-americana ou o Governo da República irá resolver este problema.

Sras. e Srs. Deputados, posso ser pessimista, mas eu não acredito nessa resolução. Eu não acredito que o Governo da República e a administração norte-americana resolvam os problemas dos Açores por nós.

Portanto, em termos de pró-atividade o BE continua a dizer: é urgente começarmos a falar entre nós, da mesma maneira que fomos capazes de o fazer em nome de um consenso que era essencial na Região alcançar, entre todas as forças políticas. O mesmo consenso e a mesma exigência temos que pôr no sentido de procurarmos e encontrarmos alternativas civis que garantam postos de trabalho, que limpem a pegada ecológica, que dignifiquem a nossa Região e que sobretudo a associem à paz, ao progresso e ao desenvolvimento económico e não à guerra e aos interesses de políticas e de potências estrangeiras.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente por saudar o Grupo Parlamentar do PS pela pertinência do tema que trouxe aqui hoje a debate através da sua declaração política.

Creio ser justo reconhecer que os esforços que têm sido desenvolvidos tiveram o mérito inegável de levar a uma maior ponderação em torno da questão da redução do contingente militar norte-americano nas Lajes e nesse sentido vem precisamente os resultados da última reunião da Comissão Bilateral.

Como Governo, é nosso dever tudo fazer para influenciar um desfecho positivo nesta matéria pela importância que reveste para os Açores, para a ilha Terceira e para o concelho da Praia, em particular, e é isso que iremos continuar a fazer.

Para que isso aconteça importa naturalmente que cada um dos intervenientes assumam as suas responsabilidades e boa parte do nosso trabalho tem sido precisamente dirigida a esse objetivo.

No entanto notei, e não posso deixar de registar, o grande esforço do Sr. Deputado António Ventura para minimizar aquele que tem sido o trabalho do Governo,...

Deputado André Ventura (PSD): Não, não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! A Sra. Secretária é que está a fazer um esforço para criticar o Sr. Deputado António Ventura!

A Oradora: ... sobretudo através de uma intensa ação do Sr. Presidente, procurando conferir ao Sr. Deputado Duarte Freitas um protagonismo que foi a opção da sua intervenção, intervenção, aliás, na qual o senhor se referiu aos malefícios das tricas e do diz que faz e diz que não faz, mas não fez mais nada em toda a sua intervenção senão isso.

Deputado André Ventura (PSD): Gostava de saber o que o Governo Regional fez há um ano!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, eu acho que o Sr. Deputado deve andar um bocadinho distraído daquilo que se tem passado no que toca à ação em matéria de política externa da Região e julgo que o mesmo se passou com a Sra. Deputada Graça Silveira que julgo que nos tempos em que esteve fora do Parlamento deve ter deixado de acompanhar as notícias, porque só assim se entende que tenha feito as referências que fez.

Deputado André Ventura (PSD): Qual é o estado do estudo aprovado aqui?

A Oradora: O mesmo se diga relativamente à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires que naturalmente sentiu necessidade de chamar à colação o anterior Governo e o anterior Presidente, pelo contexto eleitoral pelo em que nos encontramos, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Estão todos errados. Só o Governo está certo!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados...

A Oradora: Quanto a essa matéria estamos conversados e apenas lamento que a propósito de um assunto que é da máxima importância para os Açores, a Sra. e os Srs. Deputados não tenham resistido, afinal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o povo?

A Oradora: Dito melhor, as Sras. e os Srs. Deputados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora Secretária ouviu o líder parlamentar do PS?

A Oradora: Como é do conhecimento de todos e já foi aliás aqui hoje referido, o Sr. Presidente do Governo, prosseguindo o intenso esforço que tem feito ao longo dos últimos anos, participou na reunião extraordinária da Comissão Bilateral,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Sra. Deputada Zuraida Soares disse o que disse e sai daqui com impunidade?

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe a tentação, Sra. Secretária!

A Oradora: ... teve já oportunidade de referir e essa matéria foi muito bem referida pelo Sr. Deputado Berto Messias na sua intervenção, que foram dados um conjunto de passos importantes, mas que há naturalmente ainda muito trabalho a fazer nesta matéria, pelo que aguardaremos com uma expectativa cautelosa os desenvolvimentos que se seguem.

Não podemos no entanto deixar de reconhecer que são passos importantes que vão, alguns deles, até no sentido daquilo que o Governo tem defendido para a valorização estratégica da posição da Base e da posição dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Passos. A palavra-chave é passo!

A Oradora: Da parte do Governo resta-me apenas reiterar que é nesta linha de intenso esforço e com enorme sentido de responsabilidade daquilo que temos que fazer pela nossa Região, que continuaremos a trabalhar.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora para encerrar esta Declaração Política tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente apenas para realçar aquilo que disse da tribuna, precisamente as evoluções da última Comissão Bilateral são, na nossa perspetiva, positivas, mas naturalmente não nos tranquilizam.

Desse ponto de vista concordo com as referências da Sra. Deputada Zuraída Soares: prudência, pró-atividade e exigência. É de facto isso que todos nós temos que ter em conta agora.

Neste esforço de prudência, de exigência e de pró-atividade contamos com todos. Naturalmente contamos com todos!

Contamos também, obviamente, com o PSD- Açores,...

Deputado André Ventura (PSD): E nós contamos com o PS!

O Orador: ... um partido com história nesta Região e até acreditamos, com certeza, que o Deputado Duarte Freitas tem desenvolvido diligências para ajudar neste processo. Esteve também nos Estados Unidos, a trabalhar e a fazer diligências, até protagonizou alguns episódios menos agradáveis...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem de corrigir a segunda página da sua intervenção!

O Orador: ... quando deu nota pública que reuniu com um Congressista que infelizmente já tinha falecido. O empenho era tanto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não resistem!

O Orador: Enfim são pequenos erros de agendamento que admitimos ser um erro da assessoria de imprensa e da assessoria política do PSD.

Neste processo contamos com todos.

Neste processo é fundamental que todos se empenhem. É fundamental que todos se unam à volta desta causa na defesa dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes, das suas famílias, do processo de salvaguarda ambiental da Ilha Terceira e também na amenização dos impactos económicos e sociais desta redução já anunciada.

Também não posso deixar de dizer o seguinte e realçar aquilo que disse da tribuna.

É fundamental que, tendo em conta as eleições que se aproximam, todos nós tenhamos o discernimento de não embarcar em discursos populistas e eleitoralistas à volta desta questão, como fez o Sr. Deputado António Ventura. A sua intervenção não foi bem uma intervenção, foi mais uma imolação discursiva...

(Risos do Deputado António Ventura)

... não abordando esta matéria com o institucionalismo que se exige agora.

Contamos, obviamente, com todos. Contamos também com o PSD, que se junte ao esforço que todos os partidos políticos têm feito nesta matéria: uns acreditam com mais intensidade naquilo que saiu da Comissão Bilateral; outros terão mais reservas; outros têm ainda divergências,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depois há o senhor!

O Orador: ... mas ao longo dos tempos nós conseguimos criar consensos em defesa dos trabalhadores da Base das Lajes e dos nossos interesses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor tem de falar com o Sr. Presidente da Câmara que não o tem ouvido!

O Orador: Naturalmente também que o Governo da República, no seu departamento, ao nível dos negócios estrangeiros tem também desenvolvido um esforço importante nesta matéria, mas exige-se mais pró-atividade, mais trabalho...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Logo o senhor que foi chefe de gabinete!

O Orador: ... porque, para terminar, realço: não podemos descansar um minuto que seja na preparação, no trabalho, na influência e na pedagogia à volta destas questões, porque este é um processo longo, é uma luta longa, permanente, quase diária, mas que deve continuar e da parte do PS, e estou certo que da parte de todos, naturalmente continuará.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 12 horas e 15 minutos.

Eram 11 horas e 49 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 20 minutos.

A próxima Declaração Política é do PSD.

Pergunto ao Grupo Parlamentar do PSD quem é que vai usar da palavra?

É o Sr. Deputado António Marinho?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

“Isto está que não se aguenta”, disse recentemente, na ilha Terceira, o presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

E assim juntou a sua voz à dos presidentes da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e da Associação Agrícola de S. Miguel que, também recentemente vieram a público queixar-se de que a Região chegou a um estado que gera preocupação a quem tem na sua mão a criação de riqueza e emprego nos Açores.

Um estado que “não se aguenta”.

Desde 1996, ano a que muitos dirigentes socialistas gostam de recorrer como referência histórica, que não se via nada assim. Nunca se tinha conjugado um tão vasto leque de opiniões entre os parceiros sociais quanto à situação difícil que os Açores vivem.

Há hoje um largo consenso na sociedade açoriana: com este Governo Regional e com este Partido Socialista não vamos lá.

Deputado Francisco César (PS): Há um largo consenso!?

O Orador: Com as mesmas políticas e as mesmas estratégias não conseguimos ir a lado nenhum.

Com as políticas socialistas, os Açorianos têm uma única garantia. A de que continuarão a ocupar os piores lugares das estatísticas da educação e do desenvolvimento social.

Continuaremos, como ainda recentemente constatou o Instituto Nacional de Estatística, a pior Região do país ao nível da Coesão. E esse é um dado

que devia fazer corar de vergonha aqueles que apenas têm para apresentar a via açoriana do empobrecimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo: Quando a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, a Associação Agrícola de S. Miguel e a UGT/Açores se juntam para assinar um manifesto onde aflitivamente pedem um novo rumo para os Açores, está tudo dito quanto à capacidade deste Governo regional e quanto à competência como este tem gerido a nossa Região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Afinal sempre é a agenda do PSD!

O Orador: Vinte anos depois de sujeitos a políticas socialistas, os Açores estão na cauda do país. Pobres e atrasados, com a distribuição de rendimentos a assumir-se cada vez mais desigual.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E hoje, todas as estatísticas o demonstram. Seja nas divulgadas pelo INE, seja em outras das quais vamos tendo conhecimento a par e passo.

É uma verdade que somos bons em alguns domínios. São aqueles que não dependem do Governo Regional, como a qualidade do ar que respiramos ou do Mar que nos rodeia. Mas estamos infelizmente atrás em tudo aquilo que resulta de opções políticas do governo socialista.

Não aceitamos a letargia em que temos vivido com esta governação! Queremos melhor para os Açores! E queremos uma vida mais feliz para os Açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Temos que mudar os Açores!

Desde logo, mudar de governo. Só assim podemos mudar de políticas.

Mudar de políticas para acabar de vez com o sufoco em que a sociedade açoriana se encontra. Mudar de políticas para que os Açorianos possam encontrar de novo a força e a determinação que permitiram construir estas ilhas a partir do nada.

Os Açores não vão a lado nenhum com governantes que andam desde 2004 a dizer que é preciso desenvolver políticas que aumentem o rendimento dos agricultores e depois verificar que nada mudou numa década.

Os Açorianos não vão a lado nenhum com governantes socialistas que passam anos a falar de mudanças nos transportes marítimos, para agora ouvirmos o presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e o presidente da Associação Agrícola de São Miguel afirmarem que ao nível do transporte marítimo de mercadorias estamos a viver, e passo a citar, um “deserto de diálogo com o Governo Regional”. Fim de citação.

Os Açorianos só têm motivos para desconfiar quando ouvem governantes socialistas prometerem revoluções. É sempre sinal de que algo está muito mal. E que o cansaço deste governo já não confere forças para resolver.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Quase vinte anos de políticas socialistas têm tradução em exemplos práticos que mostram como este Governo Regional está a fazer com que muitas ilhas fiquem para trás e muitos Açorianos fiquem entregues à sua sorte.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2010, ou seja, há cinco anos atrás, quando a Associação de Hotelaria de Portugal pedia ao Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, para liberalizar algumas rotas aéreas, este respondia que as *low cost* não eram a única solução para o turismo.

Hoje vê-se bem a diferença entre a solução *low cost* e a não solução que então se privilegiava.

Já antes, em 2004, os agricultores açorianos tinham pedido a criação de um Centro do Leite. Nesse caso, a resposta até foi positiva. Dez anos depois, o Centro de Leite ainda não existe. E o sector está em estado de profunda aflição, enquanto o Governo Regional – que há anos foi avisado para preparar o fim das quotas – anda desesperado a escrever cartas para todo o lado na ânsia de que isso possa servir de alívio para a sua consciência.

Os Açores não se prepararam para o fim das quotas leiteiras porque nos últimos anos foram governados de forma impreparada, irresponsável e incompetente!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Com as políticas socialistas temos barcos que não servem para portos, portos que não servem para barcos, aviões que não servem para as necessidades e uma permanente desorientação. E, também, uma mais do que evidente falta de pulso.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor vai a nado para casa?!

O Orador: Com tudo isso, os Açores têm perdido muito!

Enquanto o Governo Regional andou a inventar um modelo de transporte aéreo que liberalizava sem liberalizar, os hotéis foram encerrando. O desemprego foi aumentando. E os Açorianos foram agonizando perante as adversidades com que foram sendo confrontados.

E a verdade é só esta. Se o governo persistir em não falar, de forma competente, estudada e aprofundada, com os empresários e com os agricultores, em particular sobre os transportes marítimos, não se vai conseguir arrepiar caminho. Eles vão continuar sem saber como orientar a sua atividade. E, acima de tudo, vão manter-se impotentes para agarrar as oportunidades.

Não há nada pior para quem quer desenvolver uma atividade empreendedora do que não saber se há barco para exportar, avião para transportar ou como vai conseguir satisfazer o cliente que quer comprar.

“Isto está que não se aguenta”. É assim que os parceiros sociais olham para o Governo Regional e é assim que os açorianos encaram os seus governantes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Vou fazer uma citação:

“Num horizonte de quatro anos é imperioso que os recursos consumidos pelo sector público absorvam uma percentagem substancialmente inferior aos atuais mais de 100 por cento das receitas próprias”. Fim de citação.

O que acabei de citar consta do manifesto assinado recentemente pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, pela Associação Agrícola de S. Miguel e pela UGT/Açores.

Este documento, e a coincidência de opiniões entre esses parceiros, com áreas de atuação e interesses muito diferentes, mostra bem como os Açores precisam de mudar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores é que precisam de mudar!

O Orador: Precisam de um novo projeto e de uma mudança de políticas que nos arranque da cauda de estatísticas que só nos envergonham.

Deputado Berto Messias (PS): O PSD é que precisa de mudar! Aliás, basta ver a sua narrativa!

O Orador: O PSD/Açores cá estará para protagonizar a mudança que os Açorianos desejam e que os Açores precisam!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): É a cassette do PSD!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É a cassette das câmaras de comércio!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem cerca de três minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

O PSD traz-nos aqui uma interessante e oportuna Declaração Política, designadamente quando refere o manifesto subscrito pela Câmara de Comércio de Ponta Delgada, pela Associação Agrícola e pela UGT, em que esse manifesto pretendo no essencial retirar mais estado, pretende enveredar pela privatização de algumas empresas públicas, isto é, tem um forte cunho neoliberal, tem a matriz da política e da ideologia que tem governado o nosso País.

Ora muito bem, a matriz política e ideológica que tem governado o nosso País tem como resultado o quê? Tem como resultado o empobrecimento dos portugueses, tem aumentado o número do desemprego e o aparecimento de uma chaga que se chama emigração.

Portugal, hoje, vê-se a braços com um problema que foi a marca dos anos 60 e do princípio dos anos 70 no nosso País: o êxodo de milhares e milhares de portugueses a quem o País não dava resposta e tiveram que procurar fora melhores destinos.

Mas é isto que o PSD vem defender. O PSD socorreu-se de um manifesto subscrito pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, pela Associação Agrícola e pela UGT, para quê? Para retirar papel ao Estado, para trilhar a senda das privatizações, como por exemplo Santa Catarina e da SATA.

Relativamente à SATA gostava de perguntar ao PSD o seguinte.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já sabes a resposta!

O Orador: Eu sei a resposta, mas quero ouvi-la, quero ouvi-la aqui.

Privatização da SATA.

Bem, julgo eu que relativamente à SATA, e se mais indicadores fossem necessários, lembrar apenas um: a liberalização e o novo modelo de transportes aéreos para os Açores que o PSD tanto defende e que também o referiu aqui desta tribuna aumentou o turismo. Sim Senhor! Em S. Miguel.

E na Terceira? Aumentou? Não aumentou.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Eu vou já terminar, Sra. Presidente.

Mas há aqui uma outra questão ainda. Se a SATA não fosse do domínio público o Faial hoje tinha ligações diretas com Lisboa? Não tinha.

Privatizar a SATA, Srs. Deputados?! Privatizar a SATA?!

Santa Catarina (apenas esta nota e eu vou já terminar)...

Santa Catarina, antes da intervenção pública, tinha salários em atraso de sete e oito meses.

A verdade é que nunca ouvimos a UGT reclamar junto da administração da altura, de que os trabalhadores tinham os salários em atraso, mas agora a UGT...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... essa central sindical, sem nenhuma representatividade na Região Autónoma dos Açores, vem dizer e vem subscrever a privatização de Santa Catarina.

São apenas estes dois exemplos.

Relativamente ao turismo Sr. Deputado António Marinho, ele aumentou onde?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem de terminar a sua intervenção.

Já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Com certeza.

Mas gostava que o PSD esclarecesse bem estas questões.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Começo por registar, porque acho que não posso deixar de fazê-lo, até pelo tom já pré-eleitoral que o Sr. Deputado António Marinho colocou na

sua intervenção, que esta é uma intervenção feita pelo partido que no país destruiu mais de meio milhão de postos de trabalho,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Oh!...

A Oradora: ... aumentou a pobreza, o risco de pobreza e a privação material.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Levou à emigração de mais de 350 mil portugueses; conseguiu tornar a educação algo caótico no País; conseguiu que a saúde ainda esta semana fosse brindada pelo relatório absolutamente demolidor e são os senhores que têm cara de vir aqui falar da situação da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Garcia (PSD): Sabe onde é que está essa causa? Em Évora!

A Oradora: Mas não é tudo.

São os senhores que conseguiram elevar a dívida pública do País para 130%. Estava escondida, onde?

Olhe, ainda em abril o Jornal Expresso, que penso que os senhores consideram um jornal credível, chama à dívida pública o elefante que ninguém quer ver.

São os senhores, do PSD...

Deputado Luís Garcia (PSD): Lembra-se da bancarrota?

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas votou em Sócrates!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: ... que tentam agora que os portugueses se esqueçam que os senhores quiseram ir além da Troika.

Fizeram questão disso. Não se importaram do sofrimento que imputaram aos portugueses. Não se importaram com a destruição que deixaram atrás de si. Não se importaram com o estado em que o País ficou. É este o PSD que vem aqui hoje fazer esta intervenção.

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Mas vamos agora, Sr. Deputado António Marinho,...

Deputado Luís Garcia (PSD): O estado do país? Estava em bancarrota!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... às estatísticas que o senhor referiu...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora:... e vamos ao relatório do INE,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está errado!

A Oradora:... relatório em cuja análise temos de ser sérios, Sr. Deputado.

O próprio relatório chama a atenção...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama a atenção para a posição dos Açores!

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores têm azar com os relatórios!

A Oradora: ... (se os senhores não se limitaram a ler as letras gordas do relatório) para a diversidade de realidades que aqui estão incluídas.

Este relatório toma por base 65 indicadores, todos com a mesma ponderação. Dá a mesma ponderação ao número de casamentos com cidadãos estrangeiros, que dá ao rendimento disponível *per capita*.

É um relatório onde o senhor encontra critérios como: proporção de população residente em áreas com 10.000 ou mais habitantes. Quantas localidades têm o senhor nos Açores? Quantas ilhas cumprem este critério? Vamos começar por aí.

Proporção de pessoal de serviço em sociedades maioritariamente estrangeiras;

Farmácias e postos farmacêuticos móveis por mil habitantes;

Número de sessões de espetáculos ao vivo por mil habitantes (estou a falar dos indicadores para a coesão);

Deputado Luís Garcia (PSD): O relatório de São Roque está mal feito! Estão sempre mal feitos! Então o do Tribunal de Contas?

A Oradora: Proporção de população residente em áreas urbanas com 5 mil, ou mais habitantes;

Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira.

É por aqui que os senhores aferem o nível de coesão das nossas ilhas?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o INE!

Deputado Francisco César (PS): Vamos ao INE!

A Oradora: Oh, Srs. Deputados, não se trata efetivamente de um relatório cuja ponderação de critérios permita tirar as conclusões que se tiram.

É por isso, por não atender à dispersão geográfica dos arquipélagos dos Açores e da Madeira...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantos os relatórios que os senhores não gostam!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os malandros do INE!

A Oradora: ... que no indicador coesão, estes dois arquipélagos ocupam sistematicamente a posição que ocupam.

Sr. Deputado António Marinho, esperava da sua parte alguma seriedade e algum sentido crítico quando recorre a um instrumento desta natureza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

A Oradora: Contudo, não me surpreende, porque o PSD se tiver que escolher entre defender os Açores ou atacar o Governo, escolhe atacar o Governo e deixar os Açores para trás. É isso que os senhores fazem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo é que é dos Açores e não os Açores do Governo!

Presidente: Sra. Secretária, o seu tempo está a terminar.

A Oradora: Estando o meu tempo a terminar e atendendo até à variedade de assuntos que a intervenção do Sr. Deputado António Marinho tomou, não me vai ser possível abordar cada um, com certeza.

Queria dizer, no entanto, que relativamente ao manifesto subscrito pela Câmara de Comércio e Indústria e Indústria, Associação Agrícola e a UGT, que é com satisfação que o Governo dos Açores verifica que há grandes pontos de contacto.

Deputado António Marinho (PSD): Não vai dizer que eles não são sérios!

A Oradora: Efetivamente aquilo que o Governo tem trabalhado é no sentido de criar condições para aumentar a competitividade das empresas, para o fomento da base de exportação e para a valorização dos nossos produtos endógenos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

A Oradora: É por isso com satisfação...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso com um violino dá cá uma serenata!

A Oradora: ... que verificamos que este manifesto vai, em grande parte do seu teor, ao encontro daquilo que tem sido a estratégia do Governo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então os resultados!

A Oradora: Não posso no entanto...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... deixar de sublinhar, e termino já, que este PSD que vem hoje aqui reclamar menos estado, menos intervenção do Governo Regional, é aquele que todos os dias, ainda ontem aqui reclamava mais apoios públicos para as empresas. Decidam-se! Decidam-se, Srs. Deputados!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Se não houver mais inscrições terei que dar naturalmente a palavra ao Sr. Deputado António Marinho para encerrar o debate.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta era provavelmente uma das declarações políticas mais plausíveis de ser feita, aqui há instante...

Deputado António Marinho (PSD): É!

O Orador: Obrigado Sr. Deputado. É sempre bom estar atento.

... pelo PSD.

O PSD, infelizmente, necessita deste pessimismo na sociedade açoriana.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Somos previsíveis!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD e o seu líder necessitam e alimentam-se de um pessimismo que diga que quanto pior está a sociedade açoriana, melhor para o seu líder e para o PSD.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Nós sabemos que sondagens, muitas delas de grande credibilidade, como dizem alguns destacados militantes do PSD, por si só não são suficientes para ter a credibilidade necessária para se apresentar aos açorianos.

Mas o pessimismo não reina, o pessimismo não cola,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Temos 6 mil razões para sermos pessimistas!

O Orador: ... porque o pessimismo está a ser superado no dia a dia pelas açorinas e açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós acreditamos nos Açores,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No seu partido!

O Orador: ... nós acreditamos no trabalho que temos vindo a fazer e no trabalho que as empresas e os açorianos têm vindo a fazer no dia a dia desde que esta crise começou.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores acreditam, nós é que não acreditamos!

O Orador: Hoje nós podemos dizer com orgulho que o trabalho começa a estar à vista...

Deputado Luís Garcia (PSD): É agora!

O Orador: ... que o resultado das políticas e do trabalho dos açorianos começa a ter frutos, começa a dar frutos, e nós começamos a ultrapassar esta crise de uma forma que nos orgulhamos e de uma forma que nos demonstra estar no bom caminho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só agora?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu percebo o desespero do PSD.

Eu percebo o desespero de um líder cada vez mais isolado no seu partido que olha para os indicadores e vê o crescimento da atividade económica a crescer 4,2%, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora já serve. Para a Sra. Secretária o Instituto Nacional Estatística não servia. Agora já serve!

O Orador: Eu percebo o desespero de um líder deslocado em S. Miguel, cada vez mais preocupado com os resultados que estamos a ter ao nível

do turismo, com o crescimento de mais de 23,8% no primeiro trimestre e de 20% no último mês, mas apesar disso nós não estamos satisfeitos.

Nós sabemos que ainda há desafios para ultrapassar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós sabemos que temos que recuperar e apostar em ilhas que ainda não estão à velocidade de crescimento que nós gostaríamos que estivessem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão mortas por vossa causa!

O Orador: Eu percebo o desespero de um líder que olha para os resultados e vê mais edifícios licenciados, 10% no primeiro ano; que vê o crescimento de saída por via aérea de peixe fresco, ou seja, exportações (24%); eu percebo o desespero de um líder que olha para o crescimento da constituição de empresas nos Açores no primeiro trimestre e vê que eles estão a crescer 5%; eu percebo o desespero de um líder que olha que há menos empresas a falir (menos 38% de empresas a falir); eu percebo o desespero de um partido político que vê o desemprego a cair nos Açores já estando a meio da tabela a nível nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não percebe é o desespero dos empresários!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não percebe o desespero dos açorianos!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Este não é um trabalho do PS, apenas do PS; este não é um trabalho apenas do Governo dos Açores! Este é um trabalho de todas as açorianas e açorianos...

Deputados Miguel Costa e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que trabalham para ultrapassar as dificuldades,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sobretudo dos empresários que assinaram aquele manifesto!

O Orador: ... que têm demonstrado nos últimos anos, desde que este Governo tomou posse, que o crescimento económico nos Açores tem sido sempre superior à média nacional.

Eu percebo aquilo que dizem em relação aos Açores e que dizem em relação ao PS. Dizem-nos até: se fosse hoje votaria no PS de José Sócrates!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Junto conseguimos!

O Orador: Nós respondemos: nós votaríamos no PS dos Açores, porque foi o PS dos Açores que permitiu que nós, nesta crise, conseguíssemos ter melhores resultados que a vossa péssima governação lá fora.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: As más políticas do continente não conseguiram contrariar as boas políticas do Governo dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Vêm agora acusar-nos de ter demasiado estado na economia, de ter muita presença junto das empresas.

Que discurso é este de um PSD que não acredita nos açorianos?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: De um PSD que no Orçamento pede mais intervenção e que aqui pede que nós possamos sair da economia.

Deputado Luís Maurício (PSD): É preciso ter pulso! Ter um livro de cheques no bolso!

O Orador: Nós estamos na economia para ajudar as empresas, para ajudar os empresários, para ajudar as açorianas e os açorianos.

Nós, assim que for possível, iremos progressivamente dar a oportunidade aos empresários, aos empreendedores para alavancarem a nossa economia, para continuarem a fazer o trabalho que estão a fazer e para todos juntos, em coligação com os açorianos continuarmos a acreditar nos Açores e levarmos os Açores para onde queremos, para o desenvolvimento económico e para o bem-estar social.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isto sim, é fundamental em democracia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Bruno Belo (PSD): O problema é a falta de pulso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Graça Silveira está no uso da palavra.

A Oradora: Há de facto uma realidade que não podemos ignorar: os Açores estão em último lugar na coesão, em último lugar nos resultados escolares.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): De uma professora universitária esperava-se que soubesse ler um relatório!

A Oradora: Em termos de índice de pobreza a nossa situação é alarmante.

Não temos transportes marítimos e a nossa economia definha.

Temos de facto um desemprego na Região verdadeiramente preocupante.

No primeiro semestre de 2015 temos praticamente 15% de desemprego (e neste valor não está contabilizado o desemprego escondido nos programas assistenciais e ocupacionais que são a pior forma de emprego precário).

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Olhe para o seu governo!

A Oradora: O CDS há muito tempo que vem a alertar que este tipo de programas (o ESTAGIAR L, o ESTGIAR T) desincentivam as empresas a contratar verdadeiramente os nossos jovens licenciados.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O seu Ministro lá fora vai acabar com eles!

A Oradora: E os resultados estão à vista. Neste momento, na Região, o desemprego jovem é de 38%,...

Deputado André Bradford (*PS*): E na Europa?

A Oradora: ... ou seja, em cada 100 jovens praticamente 40 jovens não têm emprego.

Portanto, senhoras e senhores, os resultados estão à vista.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Vai acabar com os programas lá fora?

A Oradora: É importante invertermos esta forma de governação. Temos que ter estratégias que façam o crescimento da nossa economia, para garantir o emprego dos nossos jovens, para garantir a geração de riqueza na Região se não, de facto, assim não vamos lá.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP) e Deputado Luís Maurício (PSD):
Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Tem cerca de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção...

(Diálogo entre a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares e a Deputada Graça Silveira)

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão faça a sua intervenção.

O Orador: Uma intervenção muito breve como já sinalizou a Sra. Presidente deste Parlamento para dizer o seguinte.

É evidente que aquilo que é sinalizado do ponto de vista da nossa superestrutura económica está corretíssimo, ou seja, nos últimos três

anos, ao longo desta Legislatura, temos fundamentalmente dois fatores que temos que reconhecer, duas características:

A primeira, é uma extrema dependência da economia açoriana em relação ao exterior, que se tem vindo a acentuar;

A segunda questão tem a ver com a falta de crescimento da Região.

O que nós temos vindo a observar é a estagnação económica da Região em setores fundamentais: temos uma construção civil completamente bloqueada que perdeu 60% da mão-de-obra; temos uma agricultura em desespero com dificuldades tremendas; temos um setor das pescas em dificuldades crescentes.

Deputado Francisco César (PS): Estamos a exportar mais!

O Orador: Portanto, há nestes indicadores, indicadores preocupantes, porque não se observa um horizonte que possa ser um horizonte de esperança para os açorianos.

Os indicadores sociais também não são melhores. Na área da saúde e na área da educação temos vindo a registar importantes retrocessos.

Assim, temos que concluir que a governação do PS ao fim de 19 anos está como estava a governação do PSD em 1996, está absolutamente esgotada.

Deputado Francisco César (PS): Nessa parte o Duarte Freitas concorda!

O Orador: Estamos a necessitar de entrar num novo ciclo económico e esse novo ciclo económico tem que ser projetado com uma transformação política importante na Região Autónoma dos Açores.

Mas essa alteração política não pode passar por um rotativismo partidário como se tem vindo a verificar ao longo destes 40 anos da autonomia dos Açores.

Tem que existir com pluralismo, com projetos diferentes (e termino Sra. Presidente, porque deve estar a avisar-me) que não podem passar por uma reforma política, como agora se anuncia, em que são criados governos de ilha, em que se quer criar um sistema do ponto de vista político que vai bloquear a vida institucional da Região, em que vai aumentar o número de políticos profissionais em que vai aumentar a administração, em que vão aumentar os níveis de decisão.

Se essa é a vossa alteração para superar as dificuldades do ponto de vista económico e entrarmos num ciclo de crescimento, então eu quero dizer-vos que essa não é a alteração que é desejável para a economia dos Açores e muito menos não é uma alteração desejável por parte da população dos Açores.

A população dos Açores não quer novos níveis administrativos, não quer novos níveis de decisão e não quer mais políticos profissionais.

Portanto, nesse sentido é exatamente o caminho contrário que é necessário escolher.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente, respeitando o tempo que me foi concedido.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

Também dispõe de cerca de três minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser ainda mais breve do que isso.

Esta Declaração Política do PSD só me levanta dois tipos de comentários.

Primeiro é que se as privatizações *ad hoc* fossem o caminho para o paraíso económico e social, os portugueses e as portuguesas estariam todos no céu a tocar harpa neste momento.

Aquilo que acontece na realidade objetiva é que nem harpa, nem céu, nem paraíso.

Aquilo que existe é pobreza, desemprego, emigração e sobretudo a total desesperança no futuro.

Portanto se este é o resultado da receita das privatizações que existem, continuam a existir e a ser feitas na República, que Deus nos livre (permitam-me a expressão) de que o modelo social e económico dos Açores, alguma vez enverede por este caminho...

Deputado André Bradford (PS): Esteja descansada!

O Orador: ... porque se a Região já não está em boas condições do ponto de vista económico e social, com as privatizações requeridas e aventadas, e quem sabe até, exigidas pela Associação Agrícola, pela Câmara de Comércio e Indústria e pela UGT, então por esse caminho, Sras. e Srs. Deputados, duvido que esta Região vá a algum lado.

O PSD, neste sentido, das duas, uma: ou olha para a República e vê-se ao espelho e, portanto, vendo-se ao espelho quer trazer para cá as receitas com as quais concorda, ou então noutros dias olha para a República e critica o que lá se passa e quer outra coisa para os Açores.

Portanto, isto é uma esquizofrenia política. Os senhores têm que se decidir porque uns dias estão contra a República, outros dias estão contra os Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Decidam de uma vez aquilo que querem que é para nós nos entendermos.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para encerrar a Declaração Política tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começava aqui por clarificar uma questão relativamente a algumas intervenções que foram feitas (não vou falar especificamente sobre a intervenção de cada um, vou falar genericamente), mas é preciso clarificar que o PSD não é um partido liberal.

Deputado Francisco César (PS): Não é?

O Orador: O PSD é um partido social democrata.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso já de há muito tempo!

O Orador: O PSD-Açores é profundamente...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Não querem ouvir?

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Daqui a bocadinho estamos a ouvir o Sr. Deputado Francisco César ali aos gritos.

Deputado Francisco César (PS): Aos gritos?

O Orador: Bom, somos um partido profundamente social democrata, assumimos a social democracia em termos ideológicos como aquilo que conduz as nossas opções.

Por isso, claramente, e respondendo a alguém que lança as perguntas e depois resolve sair da sala, mas isso é um problema que obviamente ficará com ele, relativamente à EDA, é preciso recordar-nos quem é que impediu a privatização da EDA.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Nunca quisemos privatizar a EDA!

O Orador: Quem é que apresentou aqui um Projeto de Resolução para que a maioria de capital social da EDA se mantivesse na Região.

Relativamente à SATA a nossa opção é clara: nós queremos obviamente e defendemos a capitalização da SATA. Para quê?

Para que a SATA possa prestar um melhor serviço aos açorianos. Claramente, não defendemos a sua privatização.

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso quer dizer?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Feito este ponto prévio, vou fazer um outro ponto prévio.

Eu estava para recuperar uma pergunta que o meu companheiro Bruno Belo fez aqui há uns plenários atrás, que era perguntar se os senhores voltavam a votar em José Sócrates?

Deputado Francisco César (PS): Respondi!

O Orador: Muito obrigado Sr. Deputado Francisco César. Muito obrigado, porque clarificou essa questão, deu-se a conhecer, acabou por

mostrar que claramente defende aquela tese que em determinada altura, ou aquela frase que durante muito tempo...

Deputado Francisco César (PS): O senhor ouviu o que eu disse?

O Orador: ... se fartaram de a utilizar que é “Juntos conseguimos!”.

Sabemos também uma coisa: é que o senhor no próximo mês de outubro, quando estiver a votar Costa, vai seguramente estar a pensar em José Sócrates.

Muito obrigado por nos ter mostrado aquilo que defende.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Nem parece seu manipular palavras!

O Orador: Relativamente ao relatório do INE eu tenho que lhe relembrar, Sra. Secretária, que o índice sintético de desenvolvimento regional tem três componentes.

Na componente da competitividade a Região ocupa o 18.º lugar do País com 86-87% da média nacional, ou seja, quando se faz aqui tanto, nas vossas palavras, pela competitividade das empresas, as provas estão aqui. Quanto à coesão com 78% da média nacional, a Região ocupa apenas o último lugar.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Veja os indicadores!

O Orador: Quanto à qualidade ambiental, ocupa aqui um bom lugar que é o sétimo lugar.

Obviamente! Aliás, isso foi dito na intervenção. Se os Açores, com a riqueza ambiental que tem, não ocupasse um lugar de destaque neste indicador, obviamente muito mal estaríamos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Seja sério! Veja os indicadores!

O Orador: Globalmente em todo o índice, os Açores, entre 25 Regiões, de todo o País, ocupam a 24.^a posição no indicador global, ou seja, há o Alto Tâmega atrás de nós e de resto todos estão à nossa frente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O senhor não contradisse o que eu disse!

O Orador: Quer mais clareza do que isto?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Quero. O senhor não contradisse os indicadores que eu disse!

O Orador: Obviamente que não pode ter mais clareza relativamente a esta questão.

Quanto a esses recursos permanentes a falar da República isso só demonstra a vossa incapacidade realmente para responder às questões que aqui são colocadas.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Qual incapacidade!?

O Orador: Deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sra. Secretária.

A Sra. Secretária, há bocado, quando falou em termos de seriedade do PSD, falou em seriedade não do PSD mas dos parceiros sociais, porque

aquilo que o PSD ali foi fazer, foi transmitir, foi dar voz àquilo que é dito no manifesto.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isso é mentira!

O Orador: A senhora acusou os parceiros sociais de não serem sérios.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isso é mentira!

O Orador: Chegámos a este ponto!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O senhor não está a ser sério!

O Orador: O Governo Regional não considera sérios os parceiros sociais.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O senhor não está a ser sério!

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é uma manipulação lamentável!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos tentar...

O Orador: Os efetivamente vivem em constante contradição entre aquilo que dizem e aquilo que a realidade vai demonstrando.

Eu fazia só uma referência no tal manifesto (não sei se todos conhecem, espero que todos conheçam) basta exclusivamente dizermos isto: logo na página 2...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Onde vai o desespero do PSD!

O Orador: ... na definição de 5 áreas ou 7 áreas, chave, é intitulado: “Os Açores necessitam de um novo rumo”.

Repito: “Os Açores necessitam de um novo rumo”.

Quem o disse não foi o PSD! Quem o disse foi o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Que é?

O Orador: ... o Presidente da Associação Agrícola da S. Miguel e o Secretário Coordenador (não sei se é exatamente esse o cargo) da UGT Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): Que é?

(Diálogo entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Disseram: “Os Açores necessitam de um novo rumo”.

Aquilo que o PSD ali disse foi claramente apontar nesse sentido.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado. O seu tempo está a terminar.

O Orador: Vou terminar já, Sra. Presidente, só apontando que a nova aposta que é aqui defendida por parte dos parceiros sociais...

(Diálogo entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, por favor. Este diálogo entre bancadas tem que terminar, sob pena de quem está a usar da palavra não se fazer ouvir.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: O senhor está sempre na brincadeira. O senhor anda aqui a brincar. Em casa lê, aqui vem brincar.

Presidente: Peço silêncio a todos.

Sr. Deputado António Marinho, voltava a pedir-lhe que fosse sintético para que pudesse terminar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

... seria de uma economia baseada na competitividade que é aquilo que aqui se defende.

A competitividade é justamente um dos fatores críticos que foram apontados nesse índice sintético de desenvolvimento regional.

Bom, mas claramente aquilo que nós aqui fizemos foi dar voz àquilo que sentem os parceiros sociais, àquilo que sente quem tem capacidade de gerar emprego e riqueza nesta terra.

Portanto, claramente aquilo que temos que lhes dizer é que contra factos não há argumentos e aconselhamos todos, *todos*, a lerem atentamente (porque há aqui alguns fantasmas que se criam em algumas cabeças) de uma forma aprofundada este documento. Vale a pena ler de uma forma aprofundada.

Por isso, a única coisa que eu gostaria de dizer era, e aqui vai diretamente para o Sr. Deputado Francisco César: quem quer mudar os Açores é que está ao lado destes mesmos Açores, é que está ao lado dos açorianos...

Deputado Francisco César (PS): Então pare de falar mal dos açorianos!

O Orador: ... é que quer a melhoria das condições de vida dos açorianos.

Nós acreditamos nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Não acreditam!

O Orador: ... nós acreditamos nos açorianos, nós estamos sempre ao lado dos açorianos...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e fora a brincadeira do Sr. Deputado José San-Bento, que é bom que fique em diário, que está aqui permanentemente a brincar, nós acreditamos nos açorianos e nós acreditamos que os açorianos neste momento podem ter a esperança renovada quando a mudança se verificar.

Deputado Berto Messias (PS): Mas os senhores estão sempre a falar mal dos açorianos!

O Orador: É esse sentimento de esperança que queremos deixar aos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Desesperança!

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou largamente o seu tempo.

Peço-lhe que termine.

O Orador: E não é quem entende que tudo o quanto faz está bem feito, enquanto as situações se degradam para as pessoas e para as empresas, não são esses que vão dar a esperança aos açorinos.

Deputado Francisco César (PS): Está tudo a melhorar!

O Orador: Por isso esta mudança é essencial e a esperança vai voltar aos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária tinha pedido a palavra?

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto em relação a?

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Pela forma abusiva como o Sr. Deputado António Marinho “desinterpretou” (se a palavra existe) as minhas palavras, colocando na minha boca afirmações que eu não fiz relativamente aos parceiros. É inaceitável.

Presidente: Eu vou dar-lhe a palavra, Sra. Secretária.

Tem três minutos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Isto só visto! À uma e 10 da tarde!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Já começa!

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não, não! Não é começa! Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acredite Sr. Deputado Paulo Estêvão, que não é de ânimo leve que decido fazer um protesto, mas quem estava a assistir a este debate e quem estava nesta sala percebeu duas coisas; percebeu que relativamente ao manifesto, eu manifestei satisfação pela confluência que se verificava nalguns pontos.

Deputado Berto Messias (*PS*): É verdade, sim senhora!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Essa sua intervenção é em relação à intervenção do Deputado Paulo Estêvão ou ao Deputado António Marinho!

A Oradora: Referi a seriedade relativamente à forma como o Sr. Deputado António Marinho tinha analisado o documento do INE, fazendo

referência à existência daqueles indicadores e especificando inclusivamente alguns.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: É completamente abusivo, mas pior do que isso foi feito de forma mal-intencionada, querer que constasse aqui hoje que eu tinha acusado os parceiros de falta de seriedade quando essas palavras em circunstância alguma foram proferidas por mim.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: A senhora e a bancada do PS!

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados...

A Oradora: Portanto as Sras. e os Srs. Deputados compreenderão, até pela postura que eu costumo assumir neste Plenário, que eu não posso deixar passar em branco uma manipulação abusiva e mal-intencionada daquela que foi a minha intervenção.

O meu protesto é por isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, provavelmente hoje terminaremos o nosso Plenário, mas a verdade é que nós só podemos exigir respeito quando respeitamos os outros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: De facto, estamos a terminar a nossa manhã de trabalhos da pior forma, porque não ouvimos e nem deixamos ouvir.

Sr. Deputado António Marinho, para um contraprotesto tem dois minutos.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

O Orador: Está-se a ver a forma como estão a acatar a sugestão da Sra. Presidente.

Mas pronto é a gente que temos.

Oh, Sra. Secretária Regional, eu vou dizer-lhe uma coisa: eu compreendo perfeitamente o seu incómodo. Compreendo o seu incómodo...

Deputado Berto Messias (PS): Peça desculpa! Tenha a humildade de pedir desculpa!

Deputado Francisco César (PS): São apartes e são regimentais!

O Orador: ... com aquilo que está no índice sintético de desenvolvimento regional, é incómodo, seguramente que é; compreendo o seu incómodo com aquilo que vem no manifesto da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, da Associação Agrícola de S. Miguel e da UGT Açores, compreendo esse seu incómodo e até compreendo a irritação com que a senhora fala quando se sente incomodada.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Fui insultada!

O Orador: Muito sinceramente, não utilizaria palavras fortes como a senhora utilizou. Ficam consigo!

Compreendo perfeitamente que está muito incomodada, não com aquilo que se está a passar aqui nesta sala, a senhora está incomodada é com o desastre que fez isto fora desta sala.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos também assim os nossos trabalhos por agora.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 13 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos trabalhos para darmos continuidade à nossa Agenda.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então entrar nos trabalhos da Agenda.

O ponto que vamos debater de seguida é o ponto 10: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 125/X – “Envio de relatório circunstanciado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativo à implementação das recomendações de segurança nos portos dos Açores e embarcações da Transmaçor”.**

Este pedido de urgência é apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos são os habituais.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cremos que depois da interpelação feita pelo BE ao Governo Regional na manhã de ontem, é da maior coerência e da maior urgência (pensamos nós também) o conteúdo deste Projeto de Resolução. Porquê?

Exatamente pela sua epígrafe genérica que a Sra. Presidente acabou exatamente de referir, que recomenda ao Governo o envio a esta Assembleia de um relatório circunstanciado que conte a esta Assembleia o estado da arte da implementação das recomendações de segurança nos portos dos Açores e embarcações da Transmaçor.

Esta situação é urgente também do nosso ponto de vista, não só porque ela se prende com uma situação de segurança efetiva nos portos da nossa Região, mas mais do que isso ainda com a perceção dessa segurança.

Já não se trata de que ela exista ou não exista de facto. Trata-se da perceção que os açorianos e açorinas neste momento possam ter de razões acrescidas para duvidarem dela.

Portanto, urge tranquilizá-los e garantir-lhe que esta Casa tudo está a fazer no sentido de que essa segurança não seja nunca posta em causa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Justificada que está a urgência, pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar a urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado por unanimidade vamos então entrar efetivamente neste Projeto de Resolução.

Informo a câmara que foi distribuído por todos uma proposta de substituição integral, é ela que será apresentada pela Sra. Deputada e também será esta proposta de substituição integral que será depois votada.

Escuso-me de voltar a ler o nome do Projeto de Resolução.

Dou apenas a palavra então à Sra. Deputada para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O meu trabalho está de alguma maneira facilitado exatamente pela circunstância de termos tido ontem a interpelação ao Governo Regional sobre esta mesma matéria.

A recomendação do nosso Projeto de Resolução com um corpo de considerações que me escuso de voltar a lembrar e a referir, porque estou certa que estará ainda, pelo menos na sua maioria, na memória de todos nós, atendendo à proximidade temporal da interpelação e da apresentação deste Projeto de Resolução, mas dizia eu, as duas recomendações fundamentais são no sentido de solicitar a esta Assembleia Legislativa que recomende ao Governo Regional dos Açores que:

1.º - Acate e implemente as recomendações de segurança, resultantes das investigações ao acidente ocorrido, em novembro de 2014, no porto de São Roque do Pico, e que o faça no prazo de seis meses;

2.º - Solicitar ao Governo Regional que envie um relatório circunstanciado, que reflita a evolução do cumprimento do proposto no número anterior, e que o envie a esta Casa, a este Parlamento, a partir da data de aprovação da presente resolução, na expectativa de que esta

Resolução seja de facto aprovada, que o faça no prazo máximo de três meses, para que este Parlamento também vá acompanhando e de alguma maneira assumindo também a responsabilidade da vigilância da implementação, ou não (todos esperamos a efetiva implementação, nem levantamos a possibilidade do não) dessas medidas propostas, digamos assim, como consequência do trágico acidente ocorrido no porto de S. Roque do Pico.

Penso que não é preciso acrescentar mais nada neste momento.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão então agora abertas as inscrições para o debate.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de segurança, julgamos todos nós que não deverão haver quaisquer dúvidas. Essa é uma condição essencial em todos os setores e em especial no dos transportes e todas as medidas que promovam esse esclarecimento são e serão sempre bem-vindas.

Assim, julgamos que deverá ser melhorado o que houver para melhorar, aliás como já foram implementadas novas medidas de segurança e aqui anunciadas pelo Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Por isso, nesse sentido, nada temos a opor a este Projeto de Resolução, sendo mais um elemento para confirmar esse reforço de segurança que já está em curso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que esta iniciativa do BE não só é pertinente, como é de facto bastante consequente.

Portanto, o nosso trabalho não pode ser apenas exigir explicações e querer clarificar as situações, mas garantir efetivamente que a segurança dos açorianos seja salvaguardada.

Portanto, faz todo o sentido de que o BE venha exigir que sejam implementadas as recomendações e mais: que nos seja dada a conhecer a evolução dessa implementação, em que nos sejam dadas explicações por que é que determinadas medidas já foram implementadas e outras não, para podermos efetivamente tomar conhecimento do que se está a passar em relação ao ocorrido no porto de S. Roque do Pico.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD também considera de grande oportunidade e de grande pertinência esta iniciativa do BE, aliás uma iniciativa consequente com o debate que aqui ocorreu há dois dias nesta Casa.

Também o PSD folga muito em ver esta atitude da parte do PS, em considerar que agora esta iniciativa é importante. Aliás, ela resulta do acompanhamento político de um relatório que recebemos, que está aí e que o PS entendia que não era oportuno avaliá-lo. Mas enfim!... Ainda

bem que as pessoas têm oportunidade de evoluir e de acertar o passo quando devem.

Na verdade para nós estas questões da segurança num transporte marítimo de passageiros tão importante e tão fundamental para as ilhas do triângulo, como é o que temos, e que apesar de tantos milhões gastos nos últimos anos em infraestruturas portuárias e em meios de transporte, há um ano e meio a esta parte, criou uma série de incidentes e de acidentes que puseram em causa a segurança desse serviço onde passam cerca de meio milhão de passageiros por ano, é na verdade de toda a urgência e de toda a pertinência que acompanhemos de muito de perto aquilo que devia ter sido feito e não foi e que causou uma série de incidentes e de acidentes e que agora nos compete acompanhar muito de perto e exigir que seja feito aquilo que é recomendado pelo Laboratório...

Deputado Miguel Costa (PS): Por um Gabinete!

O Orador: ... por um gabinete (obrigado) de nível internacional com créditos firmados que faz uma série de recomendações de segurança às duas empresas tuteladas pelo Governo: a Portos dos Açores e a Transmaçor.

Por isso o PSD aprova esta iniciativa do BE.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por reiterar algo que sobre esta matéria já foi afirmado, quer pelo Sr. Presidente do Governo, quer pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, e que é assumido de forma muito séria pelo Governo dos Açores, de que a segurança é um bem inestimável e, particularmente no caso dos transportes, assume uma importância grande.

O nosso trabalho deve ser todos os dias no sentido de a reforçar, porque não é só o bom funcionamento dos sistemas, é a própria tranquilidade das populações que se socorrem dos sistemas e que precisam de ter, como bem referiu a Sra. Deputada Zuraida Soares, essa perceção de segurança que acresce à segurança que efetivamente se pode assegurar.

Por conseguinte, é de todo o interesse do Governo dos Açores, porque é de todo o interessa das açorianas e dos açorianos, implementar todas as recomendações que na consequência deste infeliz acidente tenham sido, ou venham a ser emitidas.

Lembro a esse propósito as declarações do Sr. Secretário Regional em 2 de junho passado, que, relativamente às recomendações do relatório, fez saber que a Portos dos Açores e a Transmaçor já implementaram uma parte, que outras estavam em fase de implementação e outras seriam implementadas a breve trecho.

Mas acrescentou que ainda antes de serem conhecidas as recomendações deste gabinete, o Governo dos Açores, tendo por base os resultados de várias peritagens e de pareceres solicitados a especialistas, também recomendações da própria Autoridade Marítima, deu orientações às duas empresas para que fossem implementadas as medidas preventivas e de aumento de segurança constantes dessas peritagens e desses pareceres e que vão ao encontro destas recomendações.

Efetivamente, é nossa responsabilidade fazer tudo para que uma situação desta natureza não se repita e o Governo assume isto plenamente.

Relativamente à segunda proposta constante da Resolução que o BE aqui apresenta, naturalmente que o Governo está inteiramente disponível, não apenas para colaborar, como é seu dever, na informação ao Parlamento, mas porque acreditamos que por esta via contribuimos também para reforçar esta perceção de segurança que é tão importante.

Mas o que é igualmente importante é que essa perceção corresponda àquele que é o objetivo do trabalho que diariamente o Governo desenvolve.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo:

Da parte do PPM vamos votar favoravelmente este Projeto de Resolução. Devo dizer que a aprovação por parte do PS e também as palavras que agora foram proferidas por parte do Governo Regional, assinalam alguma incongruência em relação a esta matéria.

O PS e o Governo Regional (peço desculpa, mas tenho que dizer isto de acordo com a minha consciência, ...

Deputado Berto Messias (PS): Diga, diga!

O Orador: ... estou aqui a dizer aquilo que acho e que penso) através da votação favorável deste Projeto de Resolução, o Governo Regional assume aquelas recomendações que foram efetuadas no âmbito do relatório.

Deputado André Bradford (PS): Estão chateados, porque o PS vai votar a favor!

O Orador: Ora, esse relatório, nessas recomendações e nessas conclusões, consubstancia-se claramente que os mecanismos de manutenção não eram mecanismos eficazes e que estavam negligenciados.

Ora, se os senhores assumem (eu sei que custa a ouvir) essa responsabilidade, o que eu vos pergunto é o seguinte: de quem é a culpa?

De quem é a culpa?

Quem tem a responsabilidade para que os mecanismos de segurança e de manutenção não tenham funcionado? Quem é que tem essa responsabilidade?

Uma sociedade adulta deve encontrar responsáveis, não por uma questão de justiça popular, mas por uma questão de responsabilidade, da cultura da responsabilidade.

Eu disse aqui na primeira intervenção, que à partida o meu instinto não é dizer: aconteceu isto, o responsável é um Membro do Governo.

Tem que existir uma relação de causa/efeito e esse posicionamento que eu considero um pouco populista e demagógico de pedir imediatamente a responsabilidade e pedir imediatamente a demissão do Membro do Governo, eu penso que não é conseqüente com o interesse público.

A mim o que me interessa, não para ser justiceiro, não para procurar a justiça popular, é encontrar responsabilidades também em quem não fez um trabalho de manutenção, em quem não assegurou a segurança, porque os senhores ao aprovarem este Projeto de Resolução, o que estão a reconhecer é que de facto alguns aspetos em relação à manutenção e à

segurança estavam negligenciados e se estavam negligenciados alguém os negligenciou e se alguém os negligenciou alguém é responsável.

Essa conclusão tem que ser retirada.

Os senhores, em relação a esta matéria, a aprovação deste Projeto de Resolução, deixa-vos numa situação em que os senhores têm que ser consequentes.

Meus senhores, da vossa parte estou à espera que os senhores sejam consequentes com o vosso posicionamento político. Estou à espera.

Deputado André Bradford (PS): Espere sentado!

O Orador: Diz o Sr. Deputado André Bradford (não me enganei) que espere sentado.

Não! Não quero esperar sentado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então espere de pé!

O Orador: Não! Não quero esperar sentado.

Os açorianos não querem esperar sentados.

Os açorianos querem esta situação esclarecida e a partir do momento em que os senhores aprovam uma Resolução (e eu volto a ler) que “acate e implemente as recomendações de segurança resultantes da investigação ao acidente ocorrido, então os senhores a partir deste momento assumem, porque aquele relatório aponta negligências, aponta falhas de segurança (os senhores têm que assumir!), que alguém é o responsável e essa responsabilidade vai ter que ser atribuída.

O que é que os senhores fazem?

Vou terminar esta primeira intervenção com: o que é que os senhores fizeram?

Aprovando este Projeto de Resolução os senhores aprovaram também a recondução do Eng.º Fernando Nascimento. Isto é absolutamente incongruente!

O que eu espero é que os senhores aqui assumam as vossas posições e assumam as vossas posições no sentido de assumir as vossas responsabilidades.

O povo dos Açores não espera sentado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que diria o senhor, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se o Governo se tivesse manifestado contra esta Resolução e tivesse dito que não acatava e que não informava a Assembleia?

O senhor levantar-se-ia, não seria desta natureza o discurso, seria de outra natureza, mas seria contra o Governo à mesma.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Secretária, o Governo não vota aqui!

A Oradora: Essa é que é a verdade, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é! Não é! Isso é um discurso à Zandinga!

A Oradora: Não tenho esses dotes.

O senhor está à espera que o Governo dê um passo, não interessa a direção em que o faça, para o senhor dizer que é na direção errada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olha que esta!...

A Oradora: Eu acho que os açorianos esperam mais de si.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que injustiça!

A Oradora: Não. É a natureza das coisas, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que injustiça!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não é injustiça nenhuma!

A Oradora: Permita-me que diga que se o Governo tivesse dito que discordava, “Aqui del Rei”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que injustiça! Já aprendeu algumas coisas!

A Oradora: Sr. Deputado, vou tentar sintetizar, novamente aquilo que disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que injustiça, Sra. Secretária!

A Oradora: O Governo entende, e portanto até numa certa medida, a primeira parte da Resolução é redundante, porque o Governo já tinha anunciado que acataria todas as recomendações, mas ainda que não fosse por livre vontade, o Governo a isso estava obrigado nos termos da lei, Sr. Deputado. Eu não sei de onde é que advém o seu espanto.

O senhor quer motivos para prolongar este debate, andarmos aqui à volta...

Oh, Sr. Deputado, eu lamento dizer-lhe, mas é assim: o Governo vai acatar todas as recomendações de segurança.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não é lamento dizer-lhe, é lamento desapontá-lo, mas o Governo vai acatar essas recomendações.

Assim como reitero a disponibilidade que manifestei do Governo para esclarecer esta Assembleia e por essa via os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito mau!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Que injustiça, Sra. Secretária!

Que injustiça que V. Exa. comete em relação ao meu posicionamento.

Se aqui há três dias toda a gente pedia a cabeça do Secretário e do Membro do Governo respetivo...

Deputado André Bradford (PS): Por isso é que o senhor não pediu, porque toda a gente pedia!

O Orador: ... eu tive aqui um discurso e, meus senhores, o que eu disse é que eu não pedia aqui responsabilidade política cega, a escolha de um Secretário. Até disse que assim nessas condições, nenhum Membro do Governo, ninguém integraria o Governo.

Portanto, a Sra. Secretária comete uma injustiça em relação àquele que tem sido o posicionamento do PPM nesta matéria, que é um posicionamento que se constrói na base do senso comum, na base da racionalidade e na base do interesse público.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sr. Deputado, eu manifestei-me sobre o diploma do Bloco de Esquerda!

O Orador: Sra. Secretária, a senhora não quer reconhecer aquela que é a crítica que eu aqui lhe aponte, que é a incongruência entre reconhecer

que existiu negligência e que as condições de segurança não eram as adequadas, reconhecer isso e não reconhecer que alguém foi negligente, alguém falhou nas questões de segurança e que essa responsabilidade não pode morrer solteira. É tão simples como isso!

Portanto, há uma incongruência em relação ao vosso posicionamento político e foi essa a falha que lhe aponte.

Agora, e termino Sra. Presidente, a sua afirmação de que nós aqui estamos à procura de culpados, apontando o dedo, sendo absolutamente ortodoxos em relação à atribuição de responsabilidades, essa afirmação é falsa,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Eu nem sequer falei disso!

O Orador: ... e é injusta, Sra. Secretária.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Paulo Estêvão, o injustiçado!

O Orador: É injusta, porque eu sou o primeiro aqui a reconhecer que tem que existir bom senso e racionalidade, mas também os açorianos não compreenderão que nesta Casa se aprove um documento que aponta claramente responsabilidades, negligências e falhas de segurança e ao meu tempo se diga: então quem foi o responsável por tudo isto? Ninguém! Não foi ninguém, foi um acaso, foi uma infelicidade.

Isto não é aceitável! É essa falta de responsabilidade política que eu tenho que vos apontar

Peço muita desculpa, mas estou absolutamente convencido que nesta posição estou acompanhado pela maioria esmagadora dos açorianos.

Deputado André Bradford (*PS*): Só nessa posição, porque em geral...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que da nossa parte o debate está feito sobre este Projeto de Resolução, mas eu gostaria apenas, em nome da reposição das verdadeiras competências de cada um dos órgãos de autonomia, que é o Parlamento Regional e o Governo Regional, sinalizar aqui um lapso (posso considerar um lapso!) da Sra. Secretária Regional da Presidência, que disse, logo de início respondendo ao Deputado Paulo Estêvão, que o Governo tinha muito gosto em acatar esta decisão, em aprovar esta decisão.

Para já o Governo não tem nada que aprovar, não aprova qualquer Projeto de Resolução nesta Casa; por outro lado, não tem que ter gosto em acatar as decisões que são tomadas nesta Assembleia, porque o Governo responde perante esta Assembleia e é obrigado a cumprir as deliberações desta Assembleia. Mais nada! É tão-somente isto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Peça desculpa, Sra. Secretária!

A Oradora: Se foi isso que resultou da minha intervenção lamento e peço desculpa às Sras. e aos Srs. Deputados,...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Foi o que a senhora disse!

A Oradora: ... porque mais que não seja por dever de ofício, porque exerci orgulhosamente mandato de Deputada nesta Casa, sei ainda distinguir bem quais são as competências de um e de outro órgão.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Por isso é bom não confundir com a sua nova posição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso ele disse que foi um lapso!

A Oradora: Naturalmente que aquilo a que eu me referia era às recomendações de segurança que serão emitidas, que já foram e que eventualmente venham a ser no âmbito deste processo; outra coisa foi manifestar a disponibilidade do Governo para colaborar no esclarecimento e na informação à Assembleia, através do ponto 2 da Resolução.

Tenho a certeza que o Sr. Deputado percebeu, que a ter sido assim, foi um lapso de expressão da minha parte...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Não!

A Oradora: ... e que não houve aqui nenhuma tentativa de avocar ou de chamar ao Governo competências que não são suas.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não sei se um lapso dessa natureza mereceria tamanho esclarecimento da parte do Sr. Deputado, mas tomarei nota e estarei certamente atenta para usar consigo o mesmo critério que usou comigo.

Muito obrigada.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Estou completamente à vontade nessa matéria!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que importa reforçar aqui que a segurança é um bem inestimável e quaisquer medidas que a reforcem são sempre bem-vindas, independente de qualquer responsabilidade sobre um qualquer acidente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esse é um princípio que é inestimável e inabalável.

Coisa diferente será analisar um relatório (um relatório, não o relatório) com o único objetivo de intentar responsabilidades.

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é uma coisa totalmente diferente.

Numa altura em que há um inquérito judicial em curso; na altura em que há uma Comissão de Inquérito promovida por esta Assembleia, em curso; quando já foram solicitados dezenas de documentos onde podemos e devemos, aliás como ficou e bem decidido na Comissão de Inquérito, ouvir os seus autores até para confrontá-los com contradições, com omissões, com erros que julgamos ter detetado (outras pessoas podem ter detetado inclusivamente algumas aqui avançadas pelo Deputado Lizuarte Machado), nesse contexto fará todo o sentido apurar as responsabilidades, identificar as necessidades de melhoria de segurança. Com certeza!... Mas é num conjunto de elementos, de documentos e de testemunhos que suportem de alguma forma as nossas opiniões.

Ao aprovar este projeto estamos a confirmar o reforço de medidas de segurança. Única e exclusivamente é isso que estamos a fazer.

Recordo o Sr. Deputado Paulo Estêvão dos seguinte, que deveria ler se calhar com mais atenção, aquilo que é o Projeto de Resolução.

Deputado Francisco César (PS): Lê!

O Orador: Leia o número 1: “Acate e implemente as recomendações de segurança resultante **das** investigações ao acidente ocorrido”.

Não se está a limitar ao relatório que foi aqui discutido no primeiro dia. Refere-se aos muitos relatórios,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... aos muitos documentos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

O Orador: Aqueles que foram solicitados pela Comissão de Inquérito. Tivesse estado na Comissão! Tivesse estado na Comissão de Inquérito! Foram solicitados muitos documentos e muitas audições aos seus autores, e não só, aos responsáveis dessas entidades.

Aí sim, surgirá uma panóplia de medidas de segurança certamente e o Governo Regional, independentemente das culpas ou das responsabilidades sobre qualquer acidente, sejam elas de quem forem, serão sempre implementadas, porque o reforço da segurança e a segurança é um bem inestimável.

Por isso, por um transporte marítimo sempre melhor e mais seguro, os açorianos podem contar com o PS e com o Governo Regional suportado por ele.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Cerca de dois minutos apenas.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Presidente tem sempre um recordatório em relação ao tempo especial para as intervenções do PPM, mas eu vou ser muito breve. Trinta segundos...

Presidente: Sr. Deputado, sem contar o tempo, quero esclarecer o seguinte:

Esta advertência que faço a si e que aliás de manhã também fiz quer ao Deputados Aníbal Pires, quer à Deputada Zuraida Soares, é só para vos ajudar, sabendo que como já só tem, neste caso, dois minutos, para poder sintetizar a sua intervenção.

Deputado André Bradford (PS): Não entrar na estratosfera!

Presidente: É apenas para colaborar convosco e não interromper o vosso raciocínio.

O Orador: Eu agradeço muito, Sra. Presidente, a sua preocupação.

Eu devo dizer, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que em relação à leitura dos projetos de resolução, quero que o senhor leia o Projeto de Resolução e que veja o que está referenciado. No Projeto de Resolução, o é que está referenciado?

Agora, o que resulta de extraordinário é que o Sr. Deputado considera que vamos implementar os que já conhecemos e os que ainda vão surgir.

Deputado Francisco César (PS): Claro!

O Orador: Isto demonstra que não existe qualquer tipo de critério. Não existe qualquer tipo de critério! Ou serve-lhe tudo?

O que considero é que se deve fazer uma análise criteriosa. O Governo, que tem gente com competência técnica, deve fazer uma análise criteriosa da informação que possui.

O que os senhores aqui estão a querer fazer é escamotear as vossas responsabilidades e a incongruência da vossa posição. A vossa posição é de objetivamente reconhecer que existiu negligência (como existiu), falhas de segurança.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: Ou querem que eu vos lembre aqui vistorias que não são registadas. Isto é evidente para qualquer açoriano.

Portanto, há aqui responsabilidades. Os senhores estão a aprovar e estavam à espera que aqui neste Plenário ninguém vos dissesse nada, ninguém registasse essa incongruência.

Peço desculpa, mas eu não estou cá para isso. Eu estou aqui para fiscalizar este Governo e estou aqui para dar aquela que é a opinião, a opinião crítica, quando tem que ser crítica; elogiosa, quando tem que ser elogiosa e aqui neste caso para apontar a vossa incongruência nesta posição.

Deputado Francisco César (PS): A gente não precisa da sua posição religiosa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não precisam, mas têm à mesma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Zuraida, eu é que faço o debate todo?

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor entrou neste debate determinado a chamar as atenções sobre si e garantiu-se de que enquanto

tinha tempo disponível isto andaria à volta daquilo que o senhor pretendia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já não tenho tempo!

A Oradora: Eu sinto-me na obrigação (presumo que seja a última intervenção que farei, uma vez que o senhor já esgotou o seu tempo) de reiterar, Sr. Deputado, que além de ser entendimento do Governo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda tenho tempo?

A Oradora: ... que tudo deve fazer para reforçar continuamente a segurança de todos os sistemas que são dependentes da ação do Governo, já resulta da legislação que recomendações emanadas por determinadas entidades devem ser acatadas.

Portanto, o que é incongruente é a sua intervenção,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Eu diria sua existência... política!

O Orador: ... porque não leva em linha de conta este que é um aspeto essencial.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu intervenho neste momento do debate para dizer o seguinte:

Talvez haja algum engano da minha parte, mas o BE não pretende com a apresentação deste Projeto de Resolução reeditar a interpelação que foi feita ao Governo, por sua iniciativa, na terça-feira, de manhã.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Percebeu, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

A Oradora: Nessa altura o BE deixou bem claro o que é que pensava sobre esta matéria, quais eram as responsabilidades que pediam e nem todas elas foram bem aceites.

No entanto, nós não nos privámos de fazê-lo.

Agora, não vamos trazer para este Projeto de Resolução, que é um passo à frente relativamente a essa interpelação, a mesma discussão,...

Deputado Francisco César (PS): Percebe?

A Oradora: ... até porque do ponto de vista do BE nós não temos mais nada a clarificar.

Segunda questão que também gostaria de deixar claro.

Os açorianos e açorianas têm cabeça para pensar, nós não precisamos de lhe fazer desenhos.

Portanto, cada um e cada uma delas retirará as conclusões que muito bem entender, e elas não serão todas iguais, sobre a incongruência ou não da aprovação pela maioria parlamentar deste Projeto de Resolução.

Independentemente da legitimidade de cada açoriano e açoriana, pensando pela sua cabeça, retirar as suas próprias conclusões, o BE quer dizer aqui que regista positivamente o facto da maioria parlamentar não ter criado obstáculos, ao contrário daquilo eu algumas vezes faz, nesta matéria,...

Deputado Francisco César (PS): Essa parte era escusada!

A Oradora: ... ao papel de vigilância e acompanhamento da ação do Governo, a que esta Casa e cada um e cada uma de nós estamos obrigados.

Portanto, o BE considera que não tem que agradecer à maioria parlamentar. Tem que registar o facto de não ter criado obstáculos, mas

também não tem que dizer que ela fez mal em ter aprovado este Projeto de Resolução.

Fez, do ponto de vista do BE, exatamente o que lhe competia, mesmo que isso implique incongruência com medidas e posições tomadas anteriormente.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estevão, tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que em relação ao PPM, o nosso posicionamento (e torno a repetir, na medida em que a Sra. Secretária veio outra vez ao debate para reafirmar que não considera existir qualquer tipo de incongruência, eu, tenho que voltar outra vez, para lhe responder, aproveitando os últimos 40 segundos) em relação a esta matéria é que eu considero que os senhores não tinham nenhuma solução.

Os senhores têm grandes culpas no cartório nesta matéria. A vossa posição é incongruente, há responsabilidades, os senhores o que estão a conceber é as falhas e não estão a conceber,...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... não estão a absorver as vossas próprias responsabilidades nesta matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito curta apenas para dizer que, de acordo com a própria resolução deste Projeto, em setembro, no nosso plenário de setembro, antes ou depois, mas durante o mês de setembro, todos nós e todas nós ficamos à espera deste primeiro relatório elaborado pelo Governo Regional que nos dê conta do estado da arte, da implementação das sucessivas recomendações que se sigam aos processos de investigação que estão a decorrer.

Portanto, já temos com certeza um ponto na Agenda no plenário de setembro.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

O último ponto da nossa Agenda é o ponto 12: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 126/X – “Qualidade nutricional das**

refeições escolares”, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

É apenas pedido de urgência, por isso para o justificar tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como terão reparado as Sras. e os Srs. Deputados, este pedido de urgência remete para o nosso Plenário de setembro, a conclusão, ou as conclusões, de todo o trabalho em sede de Comissão que faremos em audições, em debate e em auscultações sobre o tema que temos aqui em questão que é qualidade e a quantidade da alimentação que as nossas crianças e os nossos jovens, em muitas escolas da Região, têm.

Ora, como setembro corresponde exatamente com o início do ano escolar, parece-nos que é um tempo razoável para que a Comissão Parlamentar possa trabalhar, possa ouvir quem tem que ouvir, e que no princípio do ano letivo algumas medidas, se for esse o caso, sejam tomadas (e o BE pretende que sejam tomadas, obviamente, algumas medidas) no sentido de acautelar a qualidade e a quantidade das refeições e do tipo de alimentação que é fornecida nas escolas públicas às nossas crianças e jovens.

Portanto, a urgência é essa.

Dizer também, e não posso deixar de o fazer em nome da verdade, que este pedido de urgência seria escusado se em dezembro último o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, quando foi por mim direto e pessoalmente interpelado, aliás acedendo a um convite permanentemente feito pelo Governo Regional... E eu quero acreditar que, com vontade genuína, as pessoas (os Deputados e Deputadas são pessoas!) cheguem-se

a ele e digam, contem, inquiram, façam-lhe sugestões e reportem-lhe o estado de situações que conhecem de perto.

O BE, na minha pessoa, fez questão de o fazer ao Sr. Secretário Regional da Ciência e Cultura, em dezembro do ano passado, dar-lhe conta de que havia problemas em algumas escolas da nossa Região, na alimentação fornecida às nossas crianças e jovens. Dei-lhe vários exemplos de escolas e expliquei-lhe muito bem o que é que se passava com a alimentação.

Passou dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho (seis meses!).

O Sr. Secretário não deu nota de coisa nenhuma até hoje e a comida, a alimentação das nossas crianças e jovens, que estão neste momento muitas delas a passar fome em casa devido à crise que se vive também nesta Região, continuam a comer mal, pouco e de uma forma pouco digna para uma escola pública.

A urgência é essa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota ou duas apenas para dizer que da parte do PS não há entrave nenhum a que se faça a análise que, no fundo, é solicitada pelo BE.

Tudo o que toca à alimentação das crianças e dos jovens das nossas escolas temos tido sempre a atenção e os cuidados exigidos para saber o que se passa.

Como é do conhecimento público a maior parte, aliás, todas as unidades orgânicas, funcionam em sistema de *outsourcing* com as refeições.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é verdade!

A Oradora: Se as regras não estiverem a ser cumpridas, estaremos cá para tomar as devidas precauções e as devidas recomendações que foram cabais.

Obviamente, que a questão da urgência, como explicou e diz o BE, tem a ver com o início do próximo ano letivo, por isso consideramos pertinente que seja aprovada a urgência da mesma.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é esta: mais uma vez, eu não vou atrás de números mediáticos e de uma agenda mediática.

Deputado Berto Messias (PS): A esta hora?

O Orador: A esta hora? Para mim o trabalho acaba no fim.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto mesmo é a frase chave!

O Orador: A questão aqui é a seguinte: vamos ver os dois pontos que aqui estão:

1 - As escolas públicas da Região implementem, no prazo de seis meses, critérios de qualidade nutricional que orientem um processo de avaliação às refeições escolares.

Presidente: Sr. Deputado, nós estamos a discutir a urgência.

O Orador: Sra. Presidente, se eu não discutir o objeto da urgência, eu não posso dizer se é urgente, se deixa de ser urgente.

Presidente: Vou dar-lhe alguma tolerância, para perceber até onde vai o seu raciocínio.

O Orador: Falou-se aqui em fome das nossas crianças em casa, e tudo isso e eu agora não posso...

Pelo amor de deus!

“As escolas públicas da Região implementem, no prazo de seis meses, critérios de qualidade nutricional que orientem...”

O que eu pergunto é: existem, estão definidos critérios de qualidade nutricional? Estão ou não estão definidos?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Claro que sim!

O Orador: Pois é evidente que estão!

Dizem outra coisa: “as escolas públicas consideram os critérios definidos no número anterior para futuras adjudicações e refeições”.

Já o deveriam estar a fazer.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Ó senhor não se está a discutir isso!

Presidente: Sr. Deputado, tem que justificar a urgência.

O Orador: Vou terminar. Sra. Presidente.

Ou seja, o que é que eu considero?

Eu considero que o que está a ser proposto já existe do ponto de vista da conceção.

O que eu não considero é que não é urgente, Sra. Presidente,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é urgente?

Deputado Berto Messias (PS): Então senhor vote contra!

O Orador: ... definir matérias que, do ponto de vista da conceção, já estão consagradas em todas as nossas escolas. Outra coisa é que elas estejam a ser implementada ou que esteja a existir uma fiscalização objetiva.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Vote contra!

O Orador: Por isso, nesse sentido, porque considero este projeto absolutamente vergonhoso, procurando uma situação que não corresponde à realidade, e de facto em relação aos gestores das escolas, em relação aos nossos professores, em relação a quem trabalha nos refeitórios escolares, em relação a todas estas matérias, levanta aqui um véu de suspeição como se nada estivesse consagrado e nada estivesse conceptualizado, eu não possa estar de acordo.

Portanto, o PPM vota contra.

Deputado Berto Messias (PS): É um direito que lhe assiste!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pediu a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para um protesto, Sra. Presidente, relativamente ao vocabulário utilizado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão quanto ao conteúdo deste Projeto de Resolução.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada. Três minutos.

Deputado André Bradford (PS): Tem todo o direito!

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:
Dizer o seguinte: eu acho lamentável que um Deputado do Parlamento dos Açores considere um número mediático e vergonhoso, a preocupação e a obrigação desta Casa em zelar...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

A Oradora: ... para que as crianças e jovens desta Região tenham uma alimentação na escola pública com a dignidade ...

Deputado André Bradford (PS): É chocante!

A Oradora: ... e a decência a que todos estamos obrigados.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, eu quero dizer também aqui e agora, e o Sr. Deputado protestará as vezes que quiser, que o senhor aqui está a representar mal as crianças e os jovens da escola pública da Região Autónoma dos Açores, infelizmente a sua agenda mediática esqueceu este pormenor...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... de que as escolas não estão a cumprir em muitas delas com as suas obrigações relativamente à alimentação.

Reveja a sua agenda mediática, porque é ela que está incompleta, Sr. Deputado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para um contraprotesto Sr. Deputado. Dispõe de dois minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou preocupado com estas questões da alimentação.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vê-se, Sr. Deputado, que está preocupado!

O Orador: A Sra. Deputada não está mais preocupada.

O que a senhora traz aqui é uma redundância. A senhora diz: “Vamos conceptualizar critérios de qualidade nutricional”.

O que eu lhe pergunto é: mas isso não existe?

Em que mundo é que a senhora vive?

A Sra. Deputada, em relação a esta matéria, está a culpabilizar os professores, os órgãos das escolas, que são responsáveis pela alimentação das crianças. nenhuns órgãos dos conselhos executivos, nenhuns

professores, os encarregados de educação, os diversos órgãos de escola, não estão a ter em conta que existem critérios do ponto de vista nutricional.

A senhora descobriu agora. Também deve ter descoberto a roda e agora descobriu também que, do ponto de vista nutricional, todos nós, em pleno século XXI, estes conceitos não estão a ser aplicados e são do desconhecimento dos conselhos executivos das nossas escolas.

Como lhe disse o seu projeto de Resolução está errado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, estamos a discutir a iniciativa ou não? É que isto já é o debate!

O Orador: Eu vou dizer-lhe o seguinte: o seu Projeto de Resolução está errado, porque estes conceitos já existem e estes conceitos têm que ter em conta aquela que é a realidade do ponto de vista da adjudicação.

Outra coisa é que exista fiscalização em relação ao facto de estarem ou não a ser cumpridos.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Em relação a tudo o resto, o seu Projeto de Resolução está errado. Está errado!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas nós estamos a discutir o Projeto de Resolução?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar no debate sobre a urgência.

Está inscrita a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se conhecesse a realidade das outras escolas, sem ser a do Corvo, não estava assim!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A senhora Deputada Judite Parreira está falando.

A Oradora: É só um bocadinho.

O PSD-Açores entende que o bem-estar e a segurança alimentar das crianças e dos jovens açorianos são motivo da maior preocupação e interesse.

Portanto, se há alguma dúvida em relação às refeições que são fornecidas nas escola, nós, nesta Assembleia que temos capacidade para decidir sobre isso, temos que nos debruçar sobre esse assunto e verificar se essa dúvida corresponde à realidade ou não.

Aliás, entendemos até que não deveria ser necessário fazer isso, porque o Governo, mesmo não tendo sido alertado para a situação, deveria mandar fiscalizar, averiguar, para que isso nunca tivesse necessidade de acontecer, Sra. Secretária.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Isso era o que deveria acontecer.

Uma vez que não acontece e partindo do princípio que há dúvidas (oxalá que elas sejam infundadas!), se há alguma dúvida, devemos debruçar-nos sobre ela e averiguar da sua veracidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por essa razão, o PSD vai votar favoravelmente esta urgência e aproveito para informar também a câmara de que em setembro apresentaremos uma iniciativa neste sentido.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Para quem conhece as escolas e os refeitórios escolares é perceptível que a qualidade nutricional daquelas refeições não é a mais adequada.

É por isso que esta urgência faz sentido, porque o que diz é: “que as escolas públicas implementem no prazo de 6 meses critérios de qualidade nutricional que orientem um processo de avaliação às refeições escolares”.

O ponto 2 diz: “para depois serem implementadas nas futuras adjudicações”.

Eu não me vou perder aqui com mais considerações sobre o assunto, mas a urgência é essa.

V. Exa., que vai reprovar a urgência, se conhecesse os refeitórios escolares das escolas da Região,...

Deputado Francisco César (PS): Mas estamos a discutir o quê, Sra. Presidente?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para discutir a urgência basta só dizer a palavra urgência uma vez!

O Orador: ... não faria nunca essas afirmações que fez.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: A quê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque o Sr. Deputado Aníbal Pires não discutiu urgência nenhuma...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para um protesto a?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um protesto pelas afirmações que foram proferidas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires em relação à minha pessoa, no âmbito de uma intervenção em que V. Exa. não chamou a atenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, que não esteve a discutir a urgência, esteve a discutir o posicionamento do Deputado do PPM.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não dá direito a Protesto!

O Orador: Pareceu evidente, alegando o desconhecimento, que eu desconheço.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão parece-me...

O Orador: Considero...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ainda não lhe deram a palavra para dizer o que considera!

O Orador: ... que fui ofendido com afirmação absolutamente caluniosas por parte do Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, parece-me que o seu sentido de intervenção é mais para uma interpelação do que para um protesto.

A queixa que o senhor faz relativamente ao facto do Sr. Deputado Aníbal Pires não se ter referido à urgência e apenas ao Projeto de Resolução, a verdade é que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez uma referência à sua pessoa em nada que dê motivo a um protesto.

Naturalmente, a Mesa, como sempre e em todas as situações, dá determinada latitude, porque também percebemos que não é possível discutir a urgência sem falar de certa forma do conteúdo do próprio Projeto de Resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza, Sra. Presidente!

A Oradora: Como tal considerarei a sua intervenção como uma interpelação à Mesa e digo-lhe que não fiz nenhuma advertência ao Sr. Deputado Aníbal Pires, como também não fiz aos restantes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto!

Presidente: Como protesto não lhe dou a palavra, porque não me parece que o Sr. Deputado Aníbal Pires tenha feito nenhuma referência mais grave à sua pessoa.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que aquilo que se está aqui a discutir é a urgência e, Sr. Deputado, exatamente porque os critérios nutricionais estão mais do que estudados, os índices que devem ser aplicados são mais do que sabidos, é que faz sentido nós aprovarmos uma urgência em que daqui até setembro a única coisa que se vai fazer é avaliar se eles estão ou não a ser implementados nas escolas, avaliando as respetivas ementas.

Se fosse para fazer um estudo científico de avaliação de critérios nutricionais, nem os seis meses que a Deputada do BE aqui pede seriam possíveis.

Portanto, só faz sentido aprovar esta urgência, exatamente porque isso já está tudo definido e a única coisa que nós queremos assegurar é que as escolas estão efetivamente a implementá-los.

Por isso o Grupo Parlamentar do CDS-PP obviamente vai aprovar esta urgência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Agora sim, não há mais inscrições, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nas urgências não há direito a declaração de voto!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que quem está na vida pública e na vida parlamentar deve aprovar com racionalidade aquilo que é proposto e deve analisar com rigor cada situação. Não deve andar atrás de números mediáticos, e daquilo que tivemos ontem oportunidade de verificar, aprovou-se aqui uma legislação, uma proposta do BE, que era mais restritiva do que a proposta inicial.

Eu considero que coragem política, é ter coragem de analisar com rigor os documentos. E o que aqui se aprovou hoje e que o PPM não acompanhou foi o facto de dizer-se para as nossas escolas, para as nossas

instituições, para gente que se esforça tanto (eu fui responsável por uma instituição escolar e continuo a acompanhar o trabalho que é feito nas escolas) nesta Região, que se implementem critérios de qualidade nutricional.

Esses critérios de qualidade nutricional existem há 40 anos meus senhores!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, leia tudo!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado faça a declaração de voto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, foi um aparte!

O Orador: O que aqui se está a aprovar é algo que já existe.

E depois “que se oriente um processo de avaliação”, que não tem nada a ver com isso, porque os critérios de qualidade nutricional que já existem não são um elemento de avaliação. Um elemento de avaliação não são critérios e portanto isto está errado. Está errado.

Qualquer pessoa que perceba minimamente do ponto de vista da gestão escolar sabe que, com critérios de qualidade nutricional, não se faz nenhuma avaliação.

Ninguém está mais preocupado, posso dizer-vos (podem estar tão preocupados como eu), com a avaliação da qualidade nutricional e da alimentação dos nossos jovens.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Ninguém está mais preocupado do que eu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não está preocupado, se estivesse preocupado tinha votado a favor!

O Orador: Agora o que eu não posso aceitar é que se aprove aqui (claro que posso aceitar que se aprove; não posso é aceitar que se aprove com a minha concordância e sem que eu diga nada), algo que remete as nossas escolas para a idade da pedra como se nós não tivéssemos critérios de qualidade há muitas décadas, a serem implementados nas nossas escolas e que servem como conceito definidor. Outra coisa é que estejam a ser aplicados. Mas não é isto que aqui é dito. Não é isto que aqui é dito.

Portanto, nesse sentido, tendo preocupação obviamente com a melhoria, este não é instrumento que contribua para nada, porque as escolas o que vão dizer é que estes critérios já existem e já existem há 40 anos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Constatar que há preocupações nesta câmara, quer relativamente à agenda mediática e política do BE, quer relativamente às propostas e ou iniciativas do BE que são aprovadas, lamento essa preocupação, mas cada um é como cada qual.

Gostaria de lembrar a câmara, as Sras. e os Srs. Deputados, que os conselhos executivos das nossas escolas não cozinham; que a maior parte das nossas escolas não têm refeitório com cozinha, não têm fogão.

O que tem são empresas de *catering* que fornecem essas refeições.

Mas há uma coisa que os conselhos executivos desta Região e das nossas escolas estão obrigados a fazer: é a fiscalizar a qualidade e a quantidade das refeições.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Antes do Governo Regional, compete aos conselhos executivos fazê-lo.

Portanto, nós não estamos aqui a fazer nenhum juízo de valor sobre os conselhos executivos que, como disse, não cozinham (também era só mais o que faltava, era pôr os elementos dos conselhos executivos a fazer o almoço e as sandes das crianças). O que eles são obrigados a fazer, repito, é fiscalizar.

Se não o estão a fazer, e o BE assume que alguns deles não o estão a fazer com a exigência necessária, esta câmara tem que tomar medidas.

Se isto faz muita impressão a alguns Sras. e Srs. Deputados pelo facto de serem professores, eu lamento, mas ou há moralidade, Sra. Presidente, ou comem todos e todas.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

A Representação Parlamentar do PCP votou favoravelmente esta urgência pela preocupação que tem relativamente à qualidade nutricional das refeições que são servidas nos refeitórios escolares e tem de ser feito.

Tem de ser feito porquê?

Porque há alguns anos atrás acabaram os refeitórios escolares, as refeições que eram servidas nas escolas e confeccionadas nas escolas.

Esse tempo acabou e o Governo Regional, a Secretaria Regional da Educação, resolveu implementar um novo sistema.

Como todos sabemos os refeitórios escolares são servidos por empresas de *catering*, enfim.

A verdade é que quem conhece bem os refeitórios escolares e quem olha para aquelas refeições percebe que algo não está bem e se algo não está bem é preciso fazer essa avaliação. Fazer essa avaliação e introduzir as medidas que forem necessárias para corrigir o que não está bem.

Portanto, esta questão é de uma urgência premente, só mesmo o desconhecimento é que pode levar a que algum de nós não considere a urgência deste Projeto de Resolução que aqui foi proposto, neste caso a urgência, e que vai ser analisado com a devida urgência no seio da comissão competente para a matéria.

Há aqui certamente muitos professores.

Deputado Berto Messias (PS): Já percebemos!

O Orador: E, Sra. Deputada Zuraida Soares, quero dizer-lhe que exatamente por eu ser professor, é que estou de acordo consigo e temos exatamente de fazer isso.

Deputado Francisco César (PS): O senhor já não é há seis anos!

O Orador: Infelizmente, há outros Deputados que são professores que consideram que a qualidade das refeições nas nossas escolas não necessitam de ser avaliadas, mas isso há professores e professores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos então passar à leitura e votação da Proposta de Deliberação final:

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, a todos.

Terminámos os nossos trabalhos.

Um bom regresso a casa.

Eram 16 horas e 13 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

José António Vieira da Silva **Contente**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Fixa as novas taxas de IVA a vigorar na região Autónoma dos Açores – n.º 344/XII – n.º 166/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 06;

Assunto: Reforça a proibição de criação de taxas das autarquias locais por serviços gerais e de benefício difuso procedendo à terceira alteração à Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro n.º 167/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15

Comissão:

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 06.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Reforça a proibição de criação de taxas das autarquias locais por serviços gerais e de benefício difuso procedendo à terceira alteração à Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro – n.º 977/XII - n.º 167/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 07.

3 - Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - MF - (Reg.DL 322/2015) – n.º 187/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 06 – 16

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 25.

4 – Projeto de Decreto legislativo Regional:

Assunto: [Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho](#) - n.º 52/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 06 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 13.

5 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

ASSUNTO: [Envio de relatório circunstanciado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativo à implementação das](#)

[recomendações de segurança nos portos dos Açores e embarcações da Transmaçor](#)? - n.º 125/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 06 – 17

PEDIDO DE URGÊNCIA E DE DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

ASSUNTO: [Qualidade nutricional das refeições escolares](#), - n.º 126/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 06 – 17

PEDIDO DE URGÊNCIA.

6 – Requerimentos:

Assunto: [SATA garante a continuidade do Projeto rise no aeroporto da Horta?](#)

Autor: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12

Referência: 54.03.07 – N.º 419 /X;

Assunto: [Preço do Leite pago ao produtor](#)

Autor: António Ventura, Luís Rendeiro e António Ventura, Renato Cordeiro, João Costa, Bruno Belo, Paulo Parece, Cláudio Lopes e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 420 /X;

Assunto: [Monitorização dos stocks piscícolas](#)

Autor: Anibal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 17

Referência: 54.04.00 – N.º 421 /X;

7 – Resposta ao requerimento:

Assunto: [Reordenamento do espaço do edifício escolar da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15

Referência: 54.07.09 – N.º 380/X;

Assunto: [Cinema do Aeroporto de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15

Referência: 54.04.01 – N.º 399/X;

Assunto: [Torre do aeroporto de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15

Referência: 54.04.01 – N.º 401/X.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar a Ata da Reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Data de Entrada: 2015 – 06 – 11;

Assunto: Ofício a cancelar o agendamento de um Debate de Urgência sobre a Reforma da Autonomia, para o Período Legislativo de junho

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15;

Assunto: Ofício a enviar proposta de Agenda Política para a Legislatura 2015-2019, para a Competitividade, Crescimento e Inovação da Restauração, da Hotelaria e do Turismo

Proveniência: Associação da Hotelaria, Restauração e similares de Portugal

Data de Entrada: 2015 – 06 – 16.

9 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 16;

Assunto: [Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, que transpôs](#)

[a Diretiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho](#) – n.º 271/XII – n.º 181-OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 268/2015, que transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/111/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva n.º 2009/15/CE, na sequência da adoção pela Organização Marítima Internacional de determinados códigos e de emendas conexas a determinadas convenções e protocolos](#) – n.º 180-OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 332/XII, que procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais](#) – n.º 158-AR

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 16;

Assunto: [Projeto de Deliberação da ALRAA n.º 3/2015 – “Interrupção temporária dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo SATA”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 17;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 06 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto, que aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda - MAOTE - \(Reg. DL 326/2015\).- n.º 186-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 06 – 16;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 333/XII que procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública – n.º 159-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 06 – 16;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 2160/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, relativo ao controlo de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos](#) - MAM - (Reg. DL 279/2015). – n.º 182-OGP

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 15;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que institui no território nacional o Sistema de Seguros Agrícolas](#) – MAM – (Reg. DL 269/2015) -183-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 17.

10 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 97, 98, 99.

P'la Redatora: Noélia Escobar

